





 **CHRISTOPHER WILLIAMS**
Kiev 88, 4.6 lbs. (2.1 Kg)
 Produção: Zavod Arsenal Factory, Kiev, Ucrânia.
 Data de produção: 1983-87 Douglas M. Parker Studio,
 Glendale, Califórnia.
 28 de Março, 2003 (NR. 1,2,3), 2003
 Tríptico, três provas por transferência de corantes
 Cada fotografia: 16 x 20 inches,
 40.6 x 50.8 cm

Courtesy David Zwirner, New York

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção de fotografia BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

BES
art COLEÇÃO
 BANCO
 ESPÍRITO SANTO

|||| | ||| | ||| | ||| | ||| | ||| ▶



 ANDREAS GURSKY
Schnorchler, Rias Bajas, 1988
Prova por revelação Cromogénea 59 x 75 cm
Edição 9/12

Cortesia Galeria Fúcares SL, Espanha

BES-SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 - 11.º • 1070-061 Lisboa - Portugal

Capital Social: 15 000 000 euros
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503 718 092

BES SEGUROS 08
Relatório e Contas

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas, com os respectivos anexos, da BES, Companhia de Seguros, SA (adiante designada também por BES Seguros ou Companhia) relativos ao Exercício de 2008.

ÍNDICE GERAL

01

RELATÓRIO DE GESTÃO 06

1.1	Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	07
1.2	Principais indicadores	08
1.3	Órgãos Sociais	09
1.4	Enquadramento Macroeconómico	10
1.4.1	Situação Económica Internacional	10
1.4.2	Situação Económica Nacional	11
1.4.3	O Sector Segurador	11
1.5	A Actividade da BES Seguros	12
1.6	Proposta de Aplicação de Resultados	14
1.7	Nota Final	14

02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 15


2.1	Conta de Ganhos e Perdas	16
2.2	Balanço	18
2.3	Demonstração de Variações do Capital Próprio	20
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
2.5	Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas	22

03

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE 51

3.1	Certificação Legal de Contas	52
3.2	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	54



 **ELGER ESSER**
Baie de la Somme, France, 2005
Prova por revelação cromogénea,
colada sobre Diassec • 181 x 242 cm
Edição 3/7

Courtesy Sonnabend Gallery

01

RELATÓRIO DE GESTÃO

BES SEGUROS

1.1 Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Srs. Accionistas,

Num contexto de decréscimo da produção do mercado dos produtos de seguros não vida em 2008 (-2,1% comparativamente a 2007), a BES Seguros procurou dar continuidade à sua actividade de servir os clientes particulares do BES, BES dos Açores e BEST com os produtos de base deste tipo de seguros.

Neste sentido, em 2008 a BES Seguros reformulou a sua gama de produtos nos Seguros Auto e Casa, alargando ainda a sua oferta, com soluções complementares na área da Saúde e iniciando a comercialização do Seguro de Acidentes Pessoais.

Também a plataforma telefónica operacional para “servicing” e venda de seguros não vida (BESdirecto Seguros) manteve a boa performance evidenciada no ano anterior.

Em termos de produção, o número de contratos vendidos para estes produtos foi de 83 028, o que representa um crescimento superior a 50% em relação ao verificado em 2007. Se considerarmos ainda os contratos do Seguro de Protecção ao Crédito, o volume de contratos vendidos no ano ultrapassou pela primeira vez os 100.000 contratos.

Apesar dos impactos decorrentes do comportamento negativo verificado na generalidade dos mercados financeiros, em particular com o registo de imparidades de 2,8 milhões de euros, a manutenção do comportamento técnico global num bom nível e o controlo dos custos operacionais permitiram à BES Seguros atingir um resultado líquido em 2008 de 3,9 milhões de euros, mantendo o rácio combinado após resseguro num excelente nível (91,9%).

O capital próprio, de 22,4 milhões de euros (diminuição de 6,5% relativamente ao verificado em 2007) está influenciado negativamente pela Reserva de Reavaliação (cerca de -3,0 milhões de euros) devido à depreciação ocorrida na valorização da carteira de títulos como consequência da evolução verificada nos mercados financeiros. Esta situação não prejudicou a margem de solvência, apresentando um excedente de 9,6 milhões de euros e um rácio de cobertura de 178,3% (estimativa antes de eventual distribuição de resultados).

Em 2009, a BES Seguros pretende continuar a afirmar-se como uma empresa vocacionada para servir os clientes dos bancos do Grupo BES com os produtos de base de seguros não-vida, desenvolvendo a sua actividade com o objectivo de contribuir para a liderança do BES em soluções de protecção das famílias. Para cumprir este objectivo irá dinamizar e adequar a sua oferta, respondendo assim às necessidades mais prementes dos seus clientes e parceiros.

Para se dotar dos instrumentos necessários a enfrentar com sucesso os desafios do futuro, em 2009 a BES Seguros irá, no plano tecnológico, desenvolver e adequar os seus sistemas operacionais e de informação. Paralelamente, a consolidação das estruturas de funcionamento, a optimização dos recursos e o desenvolvimento da gestão de risco são linhas orientadoras indispensáveis para responder, de uma forma cada vez mais eficiente e eficaz, às exigências actuais e futuras.

Tendo como referência o Banco Espírito Santo pela sua actuação nestas matérias, 2009 será também o ano onde a Companhia procurará desenvolver e enquadrar os valores associados à responsabilidade social, aprofundando o seu compromisso de contribuir para uma sociedade baseada no desenvolvimento sustentável.

As últimas palavras são de reconhecido agradecimento pelo apoio e confiança dos accionistas e clientes, pelo profissionalismo e dedicação dos colaboradores e pela cooperação e confiança que o Conselho Fiscal e as Autoridades de Supervisão dispensaram ao longo deste exercício.



Michel Joseph
Paul Goutorbe

Presidente
da Comissão Executiva



Pedro Guilherme Beauvillan
de Brito e Cunha

Presidente do Conselho
de Administração

1.2 Principais indicadores

milhares de euros

Principais Variáveis e Indicadores de Actividade	2008	2007	Variação	
Balanço				
Investimentos	94 818	68 428	38,6%	
Activo Líquido	115 709	108 821	6,3%	
Capital Próprio	22 443	24 015	(6,5%)	
Provisão prémios não adquiridos	29 054	25 992	11,8%	
Provisão para sinistros (bruto)	49 120	46 434	5,8%	
Provisões técnicas	81 744	75 035	8,9%	
Conta de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos de seguro directo	70 953	73 171	(3,0%)	
Prémios emitidos líquidos de resseguro	59 092	57 211	3,3%	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	59 923	57 801	3,7%	
Rendimentos	4 592	3 561	29,0%	
Custos com sinistros (bruto)*	43 611	42 301	3,1%	
Custos com sinistros líquidos de resseguro*	42 116	41 016	2,7%	
Custos e gastos de exploração líquidos	12 241	12 476	(1,9%)	
Resultado Líquido	3 908	4 632	(15,6%)	
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	5,5%	6,3%	(0,8)	pp
Resultado líquido / prémios adquiridos líquidos de resseguro	6,5%	8,0%	(1,5)	pp
Resultado líquido / capital próprio	17,4%	19,3%	(1,9)	pp
Nº de apólices em vigor / nº empregados (efectivos)	7 678	7 168	7,1%	
Prémios brutos emitidos / nº empregados (efectivos)	1 510	1 557	(3,0%)	
Resultado líquido / nº de empregados (efectivos)	83	99	(15,6%)	
Outros Dados				
Taxa de sinistralidade (bruta)*	65,1%	67,0%	(1,9)	pp
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro*	70,3%	71,0%	(0,7)	pp
Rácio combinado líquido de resseguro	91,9%	92,3%	(0,4)	pp
nº de empregados (efectivos)	47	47	0	

1.3 Órgãos Sociais

A composição actual dos Órgãos Sociais da BES Seguros para o quadriénio 2008-2011, é a seguinte:

Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillan de Brito e Cunha (Presidente)
Bernard Delas (Vice-Presidente)

Michel Joseph Paul Goutorbe
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Patrick André Duplan
Joaquim Aníbal de Brito Freixial de Goes
Dominique Yves Albert Lauré
Olivier Ronan Melennec
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David

O **Conselho de Administração** delega a gestão corrente da Companhia numa **Comissão Executiva** composta pelos seguintes Administradores:



Michel Joseph
Paul Goutorbe

Presidente

Nuno Manuel da Silva
Ribeiro David

Olivier Ronan
Melennec

Conselho Fiscal

José Manuel Ruivo da Pena (Presidente)
Hervé Marcel André Hassan
José Maria Ribeiro da Cunha
Paulo Ribeiro da Silva (vogal suplente)

Revisores Oficiais de Contas

ROC Efectivo - Ernst & Young Audit e Associados, representada por Ana Rosa Salcedas Montes Pinto
ROC Suplente - João Carlos Miguel Alves

Mesa de Assembleia Geral

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira (Presidente)
Michel Victor François Villatte (Vice- Presidente)
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Secretário da Sociedade

Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho
Paulo Alexandre Nunes Nogueira (Secretário suplente)

1.4 Enquadramento Macroeconómico

1.4.1 Situação económica internacional

A crise financeira que eclodiu no Verão de 2007, decorrente do fenómeno do *subprime*, adquiriu novos contornos durante 2008, transformando-se gradualmente numa crise de confiança generalizada, com os problemas de liquidez e solvência no sistema financeiro a aumentar, e com reflexos na actividade económica a nível global.

A maior percepção dos riscos de liquidez e de solvabilidade (com a falência ou perda de independência de algumas instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa) resultou numa relutância quase total das instituições em se exporem entre si nos mercados monetário e de crédito, sendo particularmente visível entre o final do 3º trimestre e o início do 4º trimestre a indisponibilidade de cedência de liquidez por parte do sector privado, não obstante as intervenções das autoridades no sentido de assegurar o regular funcionamento dos mercados.

Na Zona Euro, a taxa de juro Euribor a 3 meses atingiu um máximo de 5.393% (observado no início de Outubro), terminando o ano em 2.892%, após as descidas das taxas de referência e as fortes injeções de liquidez no mercado monetário levadas a cabo pelo Banco Central Europeu (BCE). O clima de aversão ao risco foi igualmente visível no comportamento do *spread* da Euribor face às taxas dos Bilhetes do Tesouro a 3 meses, o qual atingiu um máximo de 350 pontos base (também em Outubro), antes de corrigir no final do ano, embora para valores ainda elevados (124, que compara com valores próximos de 20 pontos base no Verão de 2007). Neste contexto de maior procura por activos de refúgio, a *yield* dos títulos da dívida pública a 10 anos observou uma tendência de descida na segunda metade de 2008, atingindo 2.951% no final do ano (4.621% no final do 2º trimestre).

O aumento da incerteza (sobretudo associada ao sector financeiro) e as expectativas de desaceleração da actividade económica penalizaram fortemente os principais índices accionistas. Nos EUA, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 caíram 33.8%, 40.5% e 38.5%, respectivamente. Na Zona Euro, os índices DAX, CAC40, IBEX e PSI-20 caíram, respectivamente, 40.4%, 42.7%, 39.4% e 51.3%.

A elevada volatilidade foi também visível nos mercados de *commodities*. Na primeira metade do ano, o preço do petróleo exibiu uma forte tendência de subida, atingindo um valor próximo de USD 150/barril em Julho. Esta evolução ficou a dever-se à forte procura oriunda dos mercados emergentes, às dificuldades de expansão da oferta global e, em particular, a um aumento da procura de natureza especulativa.

A expectativa de abrandamento da procura e, mais tarde, a probabilidade crescente associada a um cenário de recessão global retiraram o suporte à procura especulativa e contribuíram para uma forte correcção em baixa do preço do barril, que fechou o ano em valores ligeiramente acima de USD 40. A mesma tendência de correcção foi observada ao nível das matérias-primas não energéticas, contribuindo, assim, para uma descida significativa da inflação (e das expectativas de inflação) no final do ano.

O ambiente monetário e financeiro mais restritivo, a falta de liquidez nos mercados de capitais, a forte subida dos preços das *commodities* e da inflação na primeira metade do ano e uma deterioração significativa dos índices de confiança dos agentes económicos, alimentaram uma desaceleração, ou mesmo contracção, da actividade nas principais economias desenvolvidas. Embora mantendo perspectivas de crescimento mais favoráveis que a Europa e os Estados Unidos, os mercados emergentes foram também afectados pela deterioração global dos níveis de confiança, quer ao nível da actividade, quer, sobretudo, ao nível dos mercados financeiros.

Embora no conjunto de 2008 a economia dos Estados Unidos tenha alcançado um crescimento positivo (1.4%), o ano ficou marcado pela entrada da economia norte-americana em recessão, com uma contracção da actividade nos últimos dois trimestres. A deterioração do crescimento foi generalizada aos diferentes sectores de actividade e patente de forma muito significativa no mercado de trabalho. Esta deterioração no mercado de trabalho teve repercussões no comportamento das famílias, tendo o consumo privado registado uma contracção no 3º trimestre, pela primeira vez desde 1991. Também os riscos inflacionistas que se colocaram à economia norte-americana até meados do ano (a variação homóloga de preços chegou a elevar-se a 5.6% em Julho) se dissiparam nos meses seguintes, com a elevada degradação da conjuntura e a correcção do preço das matérias-primas, tendo em Dezembro a variação homóloga de preços registado um valor próximo de zero (0.1%).

A Zona Euro sofreu, em 2008, um expressivo abrandamento, tendo o crescimento do PIB sido de 1%, após o registo de 2.6% observado em 2007. O desempenho da actividade foi sendo crescentemente influenciado por uma conjugação de factores, dos quais se destacam as maiores restrições das condições de financiamento, o efeito negativo da desvalorização ocorrida nos mercados accionista e de habitação e o agravamento acentuado da incerteza generalizada dos agentes. A deterioração do sentimento de empresários e consumidores foi evidente, com os respectivos índices a atingirem níveis historicamente baixos nos últimos meses do ano. Assim, foi essencialmente a procura interna que liderou a trajectória de abrandamento, crescendo apenas 0.8%, após 2.3% no ano de 2007. Também as exportações e as importações exibiram uma trajectória de desaceleração ao longo do ano, as primeiras penalizadas pela desaceleração do comércio a nível global e pela apreciação do euro verificada na primeira metade do ano e as segundas acompanhando a desaceleração da procura interna.

Apesar desta evolução da actividade, a taxa de desemprego manteve-se idêntica à registada em 2007, em 7.5% da população activa. A taxa de inflação média agravou-se de 2.1% para 3.4%, em consequência da subida acentuada do preço do petróleo nos mercados internacionais e dos alimentos não processados, sobretudo na primeira metade do ano. No entanto, a taxa de variação homóloga desceu significativamente no último trimestre, atingindo os 1.6% em Dezembro.

As perturbações nos mercados, monetário e de crédito, contribuíram para uma acentuada degradação da confiança, para um forte incremento da aversão ao risco e, consequentemente, para uma reduzida disponibilidade de cedência de liquidez, sobretudo no último trimestre do ano. Tal situação implicou que o financiamento das instituições financeiras e não financeiras tenha sido feito com *spreads* mais elevados, penalizando as empresas com maiores necessidades de financiamento. Da mesma forma, também o financiamento do consumo e do investimento das famílias se tornou mais escasso, contribuindo para o enfraquecimento da procura privada.

Neste ambiente monetário e financeiro mais restritivo, o BCE reduziu, entre Outubro e Dezembro, a taxa de juro de referência para 2.5%, depois de em Julho se ter situado nos 4.25%. Depois de na primeira metade do ano ter registado uma apreciação, no segundo semestre a cotação do euro efectuou uma correcção em baixa, tendo registado no conjunto do ano de 2008, uma depreciação de 4.3% relativamente ao dólar, encerrando o ano a EUR/USD 1.3953.

1.4.2 Situação económica nacional

Embora sem exposição directa ao fenómeno do crédito *subprime*, a economia portuguesa sofreu, em 2008, os impactos da crise de confiança no sistema financeiro internacional, da subida dos preços das matérias-primas (na primeira metade do ano) e da desaceleração da procura externa. Neste contexto, o crescimento anual do PIB desceu de 1.9% para 0.4%, registando-se duas quedas trimestrais consecutivas da actividade económica na segunda metade do ano.

Para esta evolução contribuíram, sobretudo, a forte desaceleração das exportações, com o respectivo crescimento anual a descer de 7.5% para 0.8% e a estagnação do investimento, que registou uma variação de 0.1%, após um crescimento de 3.1% no ano anterior. O comportamento das exportações esteve associado, sobretudo, à evolução desfavorável da actividade económica nas economias de Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha e França, com quem Portugal mantém relações comerciais privilegiadas.

As três primeiras foram afectadas pelas crises financeira e imobiliária de uma forma particularmente rápida e intensa, o que se reflectiu num ajustamento mais pronunciado da respectiva procura interna. No caso da Alemanha, onde o consumo privado revelou uma maior resistência, sofreu um impacto negativo através do seu importante sector exportador. De referir, no entanto, que as exportações portuguesas para alguns destinos menos tradicionais mantiveram um dinamismo elevado, destacando-se as economias de Angola e do Magrebe e, em menor grau, algumas economias na Ásia e na América Latina.

A formação bruta de capital fixo foi, sobretudo, condicionada pelo ambiente monetário e financeiro mais restritivo (que se concretizou numa subida generalizada dos *spreads* de crédito para empresas e famílias) e pela deterioração das expectativas de evolução da procura, visível na tendência de queda, ao longo do ano, dos principais indicadores de confiança das empresas.

No conjunto de 2008, o consumo privado desacelerou ligeiramente, com o respectivo crescimento anual a descer de 1.6% para 1.4%, sugerindo uma redução da taxa de poupança das famílias, para um valor em torno de 5.5% do PIB. Não obstante a tendência negativa registada pelo índice de confiança dos consumidores, as despesas das famílias terão sido suportadas, na segunda metade do ano, pela desaceleração dos preços e pela descida das taxas de juro. A taxa de inflação média anual subiu de 2.5% para 2.6% em 2008, mas a variação homóloga dos preços terminou o ano com um registo de apenas 0.8%. A taxa média anual de desemprego desceu de 8% para 7.6% da população activa. De registar, no entanto, que o desemprego observou já uma subida pronunciada no último trimestre de 2008, em linha com a estagnação da actividade registada na segunda metade do ano.

A maior restrição dos critérios de financiamento contribuiu para uma moderação do crescimento anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, que desceu de 9.9% para um valor próximo de 7.5%. Na base desta evolução esteve a forte desaceleração dos empréstimos aos particulares, cujo crescimento baixou de 9% para cerca de 5%. Os empréstimos para aquisição de habitação desaceleraram de 8.5% para cerca de 4.5% e o crescimento dos empréstimos ao consumo e outros fins caiu de 11.3% para cerca de 7%. Os empréstimos às sociedades não financeiras mantiveram um crescimento relativamente estável, em torno de 11%, mas em desaceleração face aos registos mais fortes observados na primeira metade do ano.

O défice das Administrações Públicas voltou a reduzir-se em 2008, de 2.6% para 2.2% do PIB. Ao mesmo tempo, a desaceleração das exportações e a manutenção de um crescimento sustentado das importações contribuíram para um aumento do défice conjunto das balanças corrente e de capital de 8.2% para cerca de 8.9% do PIB.

1.4.3 Breve enquadramento do sector segurador

O volume de negócios do sector segurador registou em 2008 um acréscimo de 11.2% (4.8% em 2007), ultrapassando os 15 mil milhões de euros e representando cerca de 9% do PIB português.

Uma vez mais, este crescimento do mercado segurador foi impulsionado pela produção dos seguros do Ramo Vida, com um crescimento de 17.3% (17.5% em 2007), quase atingindo os 11 mil milhões de euros.

A evolução dos PPR, com um aumento de 44% (12% em 2007), pesaram significativamente no crescimento do Ramo Vida. Este crescimento indicia uma preocupação crescente dos portugueses com as reformas da segurança social e em garantir um complemento de rendimento ao assegurado pelo Estado, apresentando-se os PPR como um instrumento ideal para a aplicação de poupanças.

De destacar ainda que, em 2008, os cinco maiores grupos seguradores a operar no Ramo vida, detiveram cerca de 82.1 % do mercado (79.8% em 2007), confirmando a importância da Banca-Seguros neste ramo.

Em sentido inverso ao ramo Vida, o segmento Não Vida viu o volume de prémios decrescer na mesma percentagem que registou em 2007 (-2.1%), influenciado por dois dos seus maiores ramos: o Automóvel e o Acidentes de Trabalho, reflexo da conjuntura económica desfavorável.

A descida verificada no Ramo Automóvel (-7%) está ainda influenciada por uma alteração legislativa que afectou o modo de contabilização da contribuição que os tomadores de seguro fazem para o Fundo de Garantia Automóvel.

No segmento Não Vida continua a destacar-se, pela positiva, o ramo Doença, com um crescimento de cerca de 9%, influenciado pela crescente preocupação da população com o acesso aos cuidados de saúde, apresentando-se este tipo de seguros como um complemento ou alternativa versátil e abrangente aos sistemas de saúde públicos.

1.5 A actividade da BES Seguros

Num ano marcado por uma forte perturbação dos mercados financeiros e da conjuntura económica, a BES Seguros continuou a exercer a sua actividade no negócio de seguros não vida no contexto Banca Seguros, dirigida ao segmento de clientes particulares.

1.5.1 Produção

A produção total obtida em 2008, através das redes do Banco Espírito Santo, do Banco Espírito Santo dos Açores e do Banco BEST, foi de 83 028 contratos, o que representa um considerável crescimento em relação a 2007 (mais de 50%). A carteira em vigor cresceu 7,1%, atingindo os 360 853 contratos no final de 2008.

	2008	2007	Variação %
Nº de apólices vendidas	83 028	55 205	50,4%
Nº de apólices - carteira em vigor	360 853	336 907	7,1%

Para este crescimento significativo contribuiu a reformulação efectuada nos produtos Seguros Auto e Casa, bem como o alargar da oferta, com soluções complementares na área da Saúde e iniciando a comercialização do Seguro de Acidentes Pessoais.

Com um volume de 70 953 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram um decréscimo de 3,0% face ao registado em 2007. Esta evolução negativa fez-se sentir em particular no Seguro Auto (-11,0%) e, sobretudo, no Seguro Protecção ao Crédito (-37,4%) este último influenciado pela redução verificada em 2008 na concessão de crédito aos particulares. Noutro sentido, a evolução dos prémios do Seguro Saúde, com um crescimento de 12,6% em relação ao período homólogo, reflecte a boa aceitação das soluções complementares na área da Saúde. A companhia manteve a sua quota de mercado nos seguros não-vida, 1,7%.

	2008	2007	Variação %
Prémios Brutos Emitidos	70 953	73 171	(3,0%)
Acidentes Pessoais	6 977	11 152	(37,4%)
Doença	26 732	23 730	12,6%
Incêndio e Outros Danos	21 310	20 383	4,5%
Automóvel	15 934	17 906	(11,0%)
Quota de mercado - não vida	1,7%	1,7%	0,0 pp

1.5.2 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros (montante bruto, incluindo custos de gestão) atingiram os 43 611 milhares de euros, apresentando um acréscimo de 3,1% face a 2007. Os custos com sinistros líquidos de resseguro aumentam 2,7%, atingindo os 42 116 milhares de euros.

	2008	2007	Variação %
Custos com sinistros (bruto)	43 611	42 301	3,1%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	42 116	41 016	2,7%
Taxa de sinistralidade (bruta)	65,1%	67,0%	(1,9 pp)
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	70,3%	71,0%	(0,7 pp)

Não obstante os aumentos verificados em termos de custos com sinistros, as taxas de sinistralidade do exercício verificam um decréscimo em relação a 2007: -1,9 p.p. no que respeita à taxa de sinistralidade bruta e de -0,7 p.p. na taxa de sinistralidade líquida de resseguro.

1.5.3 Custos de Distribuição e Operacionais

Os Custos directos com a distribuição de produtos de seguros atingiram os 9.230 milhares de euros, apresentando um crescimento de 11,6% relativamente ao ano anterior.

	2008	2007	Variação %
Comissões (intermediação de produtos de seguros)	8 343	7 567	10,3%
Comissões e outros custos de aquisição	9 230	8 268	11,6%

Este crescimento está influenciado pelas comissões extraordinárias decorrentes de campanhas e outros custos de aquisição, tanto em 2008 como em anos anteriores. Retirando este efeito, as comissões decorrentes da intermediação de produtos de seguros atingiram os 8 343 milhares de euros, o que representa um crescimento de 10,3% relativamente ao ano anterior.

A Companhia continuou a sua política de utilização racional dos recursos e controlo dos custos operacionais permitindo assim manter num nível reduzido a relação destes custos face aos prémios brutos emitidos.

	2008	2007	Variação %
Gastos com Pessoal	2 695	2 646	1,8%
Fornec.Serv.Externos	4 509	3 827	17,8%
Impostos e Taxas	269	604	(55,4%)
Amortizações	223	229	(2,7%)
Outros Gastos	(21)	321	(106,4%)
Gastos Gerais	7 676	7 627	0,6%

A conjugação dos factores anteriormente referidos permitiu manter o rácio combinado líquido de resseguro num bom nível, apresentando mesmo uma redução em relação ao verificado no ano anterior: 91,9% face aos 92,3% de 2007.

1.5.4 Actividade Financeira

O valor total dos activos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 97 945 milhares de euros no final de 2008, sendo constituído na sua maioria por obrigações, outros títulos de rendimento fixo e aplicações de curto prazo. Este valor representa um aumento de 3,4% em relação a 2007.

milhares de euros

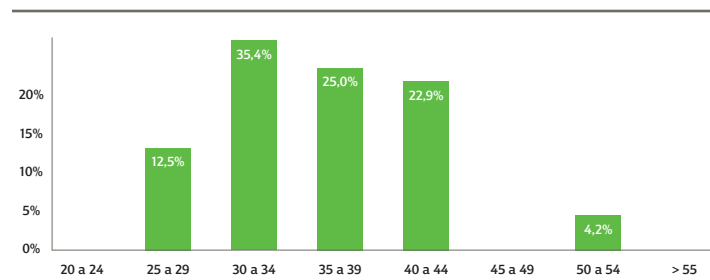
	2008	2007	Variação %
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 128	26 294	-88,1%
Activos financeiros detidos para negociação	2	-	
Activos disponíveis para venda	52 013	42 123	23,5%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	51 954	37 451	38,7%
Acções	58	4 671	-98,7%
Empréstimos e contas a receber	29 294	8 380	249,6%
Outros depósitos	19 235	8 380	129,5%
Empréstimos concedidos	10 059	-	
Investimentos a deter até à maturidade	13 509	17 926	-24,6%
Total	97 945	94 722	3,4%

Continuando a privilegiar uma carteira de activos diversificada, mantendo presentes na gestão da sua carteira níveis de liquidez, segurança e rentabilidade, a Companhia não deixou de sentir os impactos negativos provocados pela forte perturbação dos mercados financeiros e da conjuntura económica.

Estes efeitos fizeram-se sentir quer na Reserva de Reavaliação quer em Resultados, neste caso em particular com perdas de imparidades de activos disponíveis para venda no valor de 2 836 milhares de euros.

1.5.5 Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2008, o quadro de pessoal efectivo da BES Seguros era de 47 colaboradores, com uma média de idades que se situa nos 36 anos. No que diz respeito às habilitações, 83% destes colaboradores apresentam formação e frequência académica de nível universitário.



1.5.6 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A BES Seguros atingiu um resultado líquido em 2008 de 3 908 milhares de euros, representando 5,5% dos prémios brutos emitidos e um decréscimo de 15,6% em relação ao ano anterior.

milhares de euros

	2008	2007	Variação %
Capital Social	15 000	15 000	0,0%
Reserva de Reavaliação	(2 981)	(968)	208,1%
Reserva por Impostos Diferidos	790	256	208,1%
Outras Reservas	2 258	1 789	26,2%
Resultados Transitados	3 468	3 305	4,9%
Resultado Líquido	3 908	4 632	(15,6%)
Capital Próprio	22 443	24 015	(6,5%)

O capital próprio ascendeu a 22 443 milhares de euros, diminuindo 6,5% relativamente ao verificado em 31 de Dezembro de 2007. Esta diminuição no Capital Próprio é devida, fundamentalmente, à redução da Reserva de Reavaliação (208%), em resultado da queda registada nos mercados financeiros, com impactos nas carteiras de obrigações e acções, sendo também influenciada pela distribuição de 4 000 mil euros de dividendos referente ao exercício de 2007.

1.5.7 Margem de Solvência

O rácio de cobertura da margem de solvência para 2008 é de 178%, mais 21 pontos percentuais que em 2007 (158%).

milhares de euros

	2008*	2007**	Variação %
Elementos constitutivos	21 871	19 352	13,0%
Margem de solvência a constituir	12 264	12 264	0,0%
Excesso / (insuficiência)	9 607	7 089	35,5%
% de cobertura	178%	158%	20 pp

* Estimativa, antes de eventual distribuição de dividendos

** Para efeitos de comparabilidade, o exercício de 2007 foi recalculado de acordo com as regras aplicáveis a 2008

1.6 Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 3 907 776 euros.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 3 468 058 euros correspondente a resultados transitados, são susceptíveis de serem distribuídos 7 375 834 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

1. 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 390 778 euros, para Reserva Legal;
2. o restante, no valor de 6 985 056 euros, à disposição da Assembleia Geral para efeitos e nos termos previstos no Contrato de Sociedade.

1.7 Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da BES, Companhia de Seguros, SA.

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pelo apoio e confiança dos accionistas e clientes, bem como pelo esforço, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores da Companhia.


Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Crédit Agricole, Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo dos Açores e Banco BEST.

Registamos igualmente, com elevado apreço, a acção do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2009

O Conselho de Administração



 **AXEL HÜTTE**
Djupavatnet, Diptychoc, Norway, 2000
 Prova por revelação cromogénea,
 colada sobre Diassec • 187 x 147 cm (Díptico)
 Edição 3/4

Cortesia Galeria Mário Sequeira

02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

BES SEGUROS

2.1 Conta de Ganhos e Perdas

valores em euros

Conta de Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
5	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	59 923 442,37		59 923 442,37	57 800 955,18
	Prémios brutos emitidos	70 953 319,66		70 953 319,66	73 171 127,40
	Prémios de resseguro cedido	(11 861 000,56)		(11 861 000,56)	(15 960 496,85)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(3 943 140,27)		(3 943 140,27)	(10 006 259,58)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 774 263,54		4 774 263,54	10 596 584,21
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços				
6	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	42 115 660,01		42 115 660,01	41 016 447,66
	Montantes pagos	40 352 909,03		40 352 909,03	35 193 794,11
	Montantes brutos	40 924 341,24		40 924 341,24	36 063 923,78
	Parte dos resseguradores	(571 432,21)		(571 432,21)	(870 129,67)
	Provisão para sinistros (variação)	1 762 750,98		1 762 750,98	5 822 653,55
	Montante bruto	2 686 460,38		2 686 460,38	6 237 314,47
	Parte dos resseguradores	(923 709,40)		(923 709,40)	(414 660,92)
7	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	961 394,18		961 394,18	1 225 587,16
	Participação nos resultados, líquida de resseguro				
8	Custos e gastos de exploração líquidos	12 241 242,96		12 241 242,96	12 475 796,82
	Custos de aquisição	12 688 653,50		12 688 653,50	11 662 137,35
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(881 556,09)		(881 556,09)	(1 287 628,64)
	Gastos administrativos	2 451 732,65		2 451 732,65	2 631 429,69
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	(2 017 587,10)		(2 017 587,10)	(530 141,58)
9	Rendimentos	4 592 427,39		4 592 427,39	3 560 618,68
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	4 592 427,39		4 592 427,39	3 560 618,68
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros				
10	Gastos financeiros	307 175,72		307 175,72	310 214,75
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	75 618,52		75 618,52	83 308,44
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	231 557,20		231 557,20	226 906,31

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conta de Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
13	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(451 410,73)		(451 410,73)	149 003,77
	De activos disponíveis para venda	(520 897,25)		(520 897,25)	84 891,04
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade	69 486,52		69 486,52	64 112,73
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros				
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas				
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação				
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
14	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	2 835 814,79		2 835 814,79	224 043,50
	De activos disponíveis para venda	2 835 814,79		2 835 814,79	224 043,50
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
15	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	33 411,55		33 411,55	
16	Outras provisões (variação)		5 197,39	5 197,39	(2 348,95)
15	Outros rendimentos/gastos		(18 245,31)	(18 245,31)	93 241,53
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	5 636 582,92	(23 442,70)	5 613 140,22	6 354 078,22
27	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		2 089 231,83	2 089 231,83	1 837 093,91
27	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		(383 867,68)	(383 867,68)	(115 186,30)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			3 907 776,07	4 632 170,61
	Resultado por acção básicos			0,26	0,31

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.2 Balanço

valores em euros

Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Notas do Anexo	Activo	Exercício			Exercício Anterior Activo Líquido
		Valor Bruto	Imparidade, Deprec./ Amortizações ou Ajustamento	Valor Líquido	
17	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 127 561,01		3 127 561,01	26 294 095,81
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
19	Activos financeiros detidos para negociação	1 704,76		1 704,76	
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas Derivados de cobertura				
20	Activos disponíveis para venda	53 440 238,08	1 427 099,70	52 013 138,38	42 122 561,90
21	Empréstimos e contas a receber	29 293 877,92		29 293 877,92	8 379 790,28
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos	19 235 202,09		19 235 202,09	8 379 790,28
	Empréstimos concedidos	10 058 675,83		10 058 675,83	
	Contas a receber				
	Outros				
22	Investimentos a deter até à maturidade	13 508 832,19		13 508 832,19	17 925 927,69
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio				
	Terrenos e edifícios de rendimento				
23	Outros activos tangíveis	1 600 742,53	1 256 228,49	344 514,04	396 328,23
	Inventários				
	Goodwill				
24	Outros activos intangíveis	8 844 114,43	8 272 050,47	572 063,96	651 051,69
25	Provisões técnicas de resseguro cedido	12 039 732,04		12 039 732,04	9 105 570,03
	Provisão para prémios não adquiridos	6 270 442,53		6 270 442,53	4 259 989,80
	Provisão para sinistros	5 769 289,51		5 769 289,51	4 845 580,23
	Provisão para participação nos resultados				
	Outras provisões técnicas				
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo				
26	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 435 673,44	95 948,02	3 339 725,42	3 388 044,31
	Contas a receber por operações de seguro directo	495 207,56	95 948,02	399 259,54	109 228,76
	Contas a receber por outras operações de resseguro	406 731,55		406 731,55	751 879,39
	Contas a receber por outras operações	2 533 734,33		2 533 734,33	2 526 936,16
27	Activos por impostos	1 389 691,22		1 389 691,22	472 160,78
	Activos por impostos correntes				
	Activos por impostos diferidos	1 389 691,22		1 389 691,22	472 160,78
28	Acréscimos e diferimentos	78 646,66		78 646,66	85 031,38
	Outros elementos do activo				
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL DO ACTIVO	126 760 814,28	11 051 326,68	115 709 487,60	108 820 562,10

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Notas do Anexo	Passivo e Capital Próprio	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO		
25	Provisões técnicas	81 744 011,74	75 034 573,00
	Provisão para prémios não adquiridos	29 053 647,24	25 992 063,06
	Provisão para sinistros	49 120 217,53	46 433 757,15
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos	49 120 217,53	46 433 757,15
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para desvios de sinistralidade	735 649,30	599 215,91
	Provisão para riscos em curso	1 292 996,39	468 035,60
	Outras provisões técnicas	1 541 501,28	1 541 501,28
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		
29	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 880 604,88	3 653 784,22
	Contas a pagar por operações de seguro directo	42 032,69	21 573,33
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	731 831,32	1 939 705,38
	Contas a pagar por outras operações	4 106 740,87	1 692 505,51
27	Passivos por impostos	1 490 761,99	1 750 317,94
	Passivos por impostos correntes	1 490 761,99	1 750 317,94
	Passivos por impostos diferidos		
31	Acréscimos e diferimentos	4 723 885,67	3 799 509,21
32	Outras Provisões	427 629,15	567 500,62
	Outros Passivos		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	93 266 893,43	84 805 684,99
33	CAPITAL PRÓPRIO		
	Capital	15 000 000,00	15 000 000,00
	(Acções Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	(2 981 329,65)	(967 507,88)
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	(2 981 329,65)	(967 507,88)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de activos intangíveis		
	Por revalorização de outros activos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	790 052,37	256 389,61
	Outras reservas	2 258 036,59	1 789 130,59
	Resultados transitados	3 468 058,79	3 304 694,18
	Resultado do exercício	3 907 776,07	4 632 170,61
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	22 442 594,17	24 014 877,11
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	115 709 487,60	108 820 562,10

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.3 Demonstração de variações do capital próprio

valores em euros

Demonstração de variações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2008

Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
		Por Ajustamentos no Justo Valor de Activos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal			
Balanço a 31 de Dezembro 2007 (balanço de abertura)	15 000 000,00			1 789 130,59	3 250 839,27	4 689 058,51	24 729 028,37
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		(967 507 88)	256 389,61		53 854,91	(56 887,90)	(714 151,26)
Balanço de abertura alterado	15 000 000,00	(967 507 88)	256 389,61	1 789 130,59	3 304 694,18	4 632 170,61	24 014 877,11
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		(2 013 821,77)					(2 013 821,77)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			533 662,76				533 662,76
Aumentos de reservas por aplicação de resultados				468 906,00		(468 906,00)	
Distribuição de lucros/prejuízos					(3 999 900,00)		(3 999 900,00)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas				4 163 264,61	(4 163 264,61)		
Total das variações do capital próprio		(2 013 821,77)	533 662,76	468 906,00	163 364,61	(4 632 170,61)	(5 480 059,01)
Resultado líquido do período						3 907 776,07	3 907 776,07
Balanço a 31 de Dezembro 2008	15 000 000,00	(2 981 329,65)	790 052,37	2 258 036,59	3 468 058,79	3 907 776,07	22 442 594,17

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

valores em euros

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Exercício	Exercício Anterior
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	3 907 776,07	4 632 170,61
Depreciações e amortizações do exercício	223 220,00	229 441,78
Variação da provisão para sinistros		
de seguro directo	2 686 460,38	6 237 314,47
de resseguro cedido	(923 709,28)	(414 660,92)
Variação de outras provisões técnicas:		
de seguro directo	4 022 978,36	9 944 218,10
de resseguro cedido	(2 010 452,73)	(4 259 989,80)
Variação do ajustamento de recibos por cobrar	5 197,39	(2 348,95)
Ganhos em investimentos	(220 478,30)	(425 448,92)
Perdas em investimentos	671 889,03	295 624,71
Perdas por imparidade	2 835 814,79	224 043,50
(Aumento)/Diminuição de devedores:		
por operações de seguro directo	(295 228,17)	18 798,19
por operações de resseguro	345 147,84	(96 347,86)
Activos por impostos	(917 530,44)	(382 554,89)
por outras operações	(6 798,17)	66 689,80
Variações em outras contas do activo	6 384,72	(42 980,59)
Aumento / (diminuição) em credores:		
por operações de seguro directo	20 459,36	8 842,07
por operações de resseguro	(1 207 874,06)	1.589.256,84
Passivos por impostos	(259 555,95)	(24.100,93)
por outras operações	2 414 235,36	1 267 933,11
Variação de outras provisões	(139 871,47)	291 134,62
Variações em outras contas do passivo	924 376,46	267 716,28
Reserva por impostos diferidos	533 662,76	267 368,57
	12 616 103,95	19 692 119,79
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Ganhos e perdas potenciais registados em reservas	(2 013 821,77)	(1 008 937,95)
Aquisições de investimentos	(327 788 150,55)	(215 112 014,30)
Alienações de investimentos	298 111 651,65	213 408 193,93
Aquisições de outros activos tangíveis	(92 418,08)	(166 672,24)
Alienações de outros activos tangíveis	0,00	1 850,93
	(31 782 738,75)	(2 877 579,63)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(3 999 900,00)	(3 660 821,01)
	(3 999 900,00)	(3 660 821,01)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(23 166 534,80)	13 153 719,15
Caixa e equivalentes no início do período	26 294 095,81	13 140 376,66
Caixa e equivalentes no fim do período	3 127 561,01	26 294 095,81

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.5 Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas

1. Informações Gerais

Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7 481 968,46, posteriormente actualizado para €15 000 000,00.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, ("Bes Seguros" ou "Companhia") N.º 503 718 092, de pessoa colectiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11º - 1070-061 Lisboa, Portugal

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, SA, ficando este com o controlo de gestão da empresa; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura accionista da BES Seguros, transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1 500 000 acções, com valor nominal de 5€ cada, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras do Crédit Agricole Assurances S.A.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor,

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 20 de Fevereiro de 2009.

Descrição da natureza do negócio

A BES Seguros deu continuidade à sua actividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

2.1 Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos da BES Seguros, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a actividade seguradora em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES") - Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, onde

são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

No âmbito da transposição do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, a BES Seguros já adopta os princípios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelos IFRS desde 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de reporte aos accionistas.

Foram também utilizadas as normas emitidas pelo ISP que definem a contabilização das operações efectuadas pelas empresas de seguros.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2008, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras comparativas, com referência a 31 de Dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

2.2 Alterações relevantes relativamente ao exercício anterior - transição para o novo regime contabilístico, definido pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R do ISP

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2008 e na determinação dos ajustamentos de transição, a Companhia decidiu adoptar certas regras de transição estabelecidas no IFRS 1 - Adopção pela Primeira Vez das Normas de Relato Financeiro, nomeadamente no que se refere à preparação de informação comparativa e à aplicação retrospectiva dos IFRS, tendo adoptado a data de transição, 1 de Janeiro de 2004, data de transição para efeitos de reporte aos seus accionistas de acordo com os IFRS.

Uma análise dos impactos da transição para o PCES estabelecido pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, referente a 31 de Dezembro é apresentada na Nota 37.

2.3 Especialização de Exercícios

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

2.4 Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias

Esta responsabilidade está reflectida na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2009 e respectivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2008.

2.5 Operações em Moeda Estrangeira

As operações efectuadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros ao câmbio da data em que ocorreram. As diferenças de câmbio resultantes das operações efectuadas em moeda estrangeira são registadas na conta de ganhos e perdas do exercício em que ocorrem, bem como a actualização cambial, à taxa em vigor no final do exercício, dos saldos devedores e credores apresentados em balanço.

2.6 Activos Financeiros

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram na categoria acima referida.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos detidos para venda são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em reser-

vas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias de activos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, "*Loans and Receivables*" ou para activos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "*Loans and receivables*" e "*Held-to-maturity*" são também permitidas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 60% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização de 30% por um período superior a 6 meses;
- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo

financeiro. Estes activos são apresentados no activo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.7 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

2.8 Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que reflectem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outro Equipamento	12,5%
Património artístico	12,5%

2.9 Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Companhia são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os activos intangíveis são reconhecidos apenas

se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

Os custos directamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software, reconhecidos como activos são amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que reflectem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	10 a 33,33%

2.10 Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.11 Benefícios aos empregados

Responsabilidades por Pensões Complementares de Reforma

Nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias para o complemento de reforma.

A Companhia tem ainda responsabilidades com os administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma.

As responsabilidades dos empregados da Companhia abrangidos pelo plano de pensões do contrato colectivo de trabalho e dos seus administradores estão representadas nos “Fundo de Pensões Tranquilidade” e “Fundo de Pensões Administradores Tranquilidade”, dos quais a Companhia é associada.

O fundo de pensões é gerido pela ESAF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na Companhia correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a vida de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A Companhia determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antes do empregado atingir os 65 anos de idade (reformas antecipadas) é reconhecido em resultados quando incorrido.

A Companhia efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

As responsabilidades foram calculadas através do estudo actuarial efectuado em 2008, conforme explicitado na nota 12.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, os accionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

Plano de pagamento de remuneração variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão do Conselho de Administração, a BES Seguros estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV - 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES.

O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES. O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

Data inicial de referência	02-06-2008
Data final de referência	02-06-2011
Direitos atribuídos	10.500
Preço de referência	11
Taxa de juro	5,22%
Volatilidade	33,50%
Valor inicial do plano	30.930

O justo valor inicial do PPRV, no valor de 31 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base a BES Seguros reconheceu em custos com pessoal no exercício o valor de 6 milhares de euros. A variação do justo valor do benefício ao longo do prazo do programa é reconhecida em resultados.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês.

2.12 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada. O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contados a partir do exercício a que respeitam. Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.13 Ajustamento de Recibos por Cobrar

O Ajustamento de Recibos por Cobrar é calculado com base no valor dos recibos de prémio que se encontram por cobrar no final do processo regular de cobrança. Sobre estes, é utilizada a taxa obtida através da análise efectuada aos recibos efectivamente cobrados.

2.14 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.15 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.16 Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

2.17 Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro directo sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respectiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para Prémios Não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método “*Pro-rata temporis*”, por cada contrato em vigor, de acordo com a norma do ISP 19/1994-R de 6 de Dezembro com as alterações introduzidas pelas normas 3/1996-R de 18 de Janeiro e 4/1998-R de 16 de Março.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2008 e ainda não participados (IBNR) e os custos directos e indirectos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- Com base na análise efectuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.
- Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos actuariais efectuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício, conforme Norma 4/1998-R de 16 de Março emitida pelo ISP.
- Pela projecção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados,

Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pelo ISP.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para Envelhecimento

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor actuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor actuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

Provisões para o Resseguro Cedido

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

2.18 Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.19 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2008 e 2007, a Companhia não detinha acções próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida susceptíveis de originar o efeito de diluição.

2.20 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

NOTA 3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o PCES requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisados

como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas

3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Companhia avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da BES Seguros, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.4 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5 Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística provisões técnicas. As provisões técnicas foram

determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

NOTA 4 - Informação por Segmentos

Segmento de negócio

A BES Seguros opera nos ramos “Não-Vida”. Para além de continuar a explorar os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pelo Instituto de Seguros de Portugal (adiante designado por ISP) para explorar os grupos de ramos “Seguro de Incêndio e Outros Danos”, “Seguro Automóvel” e “Acidentes e Doença”, em 2008 deu início à exploração do produto designado por “Acidentes Pessoais BES Boas Vindas”, no âmbito da autorização concedida pelo ISP para explorar a modalidade Acidentes Pessoais do ramo Acidentes.

A Companhia desenvolve a sua actividade em Portugal.

Relato por segmentos de negócio

Conta de Ganhos e Perdas	Acidentes e Doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Não Técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	25 385 322,78	19 644 412,55	14 893 707,04		59 923 442,37
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	22 687 450,81	8 645 756,34	10 782 452,86		42 115 660,01
Montantes pagos	22 168 339,39	8 765 184,02	9 419 385,62		40 352 909,03
Provisão para sinistros (variação)	519 111,42	(119 427,68)	1 363 067,24		1 762 750,98
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	766 372,53	136 433,39	58 588,26		961 394,18
Custos e gastos de exploração líquidos	2 527 467,19	6 823 297,87	2 890 477,90		12 241 242,96
Rendimentos	633 172,09	736 019,11	3 223 236,19		4 592 427,39
Gastos financeiros	42 612,87	49 203,72	215 359,13		307 175,72
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(60 107,69)	(73 568,44)	(317 734,60)		(451 410,73)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	389 173,32	452 998,45	1 993 643,02		2 835 814,79
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	5 240,34	5 214,12	22 957,09		33 411,55
Outras provisões (variação)				5 197,39	5 197,39
Outros rendimentos/gastos				(18 245,31)	(18 245,31)
Resultado antes de impostos	(449 449,20)	4 204 387,57	1 881 644,55	(23 442,70)	5 613 140,22
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes				2 089 231,83	2 089 231,83
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos				(383 867,68)	(383 867,68)
Resultado Líquido do exercício					3 907 776,07

NOTA 5 - Prémios de contratos de seguro

Prémios líquidos de resseguro

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

Rubricas	2008	2007
Prémios brutos emitidos	70 953 319,66	73 171 127,40
Prémios de resseguro cedido	(11 861 000,56)	(15 960 496,85)
Prémios líquidos de resseguro	59 092 319,10	57 210 630,55
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	831 123,27	590 324,63
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	59 923 442,37	57 800 955,18

Anexo 4

Discriminação de alguns valores por ramos:

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
Seguro Directo					
Acidentes e Doença	33 709 126,05	28 785 487,53	22 979 872,44	4 545 054,29	(5 864 419,56)
Incêndio e outros danos	21 309 879,05	21 240 546,74	8 703 470,61	6 823 297,87	(1 538 419,92)
Automóvel					
- Responsabilidade Civil	12 141 475,19	13 164 044,19	10 977 334,04	2 290 798,44	(739 376,36)
- Outras Coberturas	3 792 839,37	3 820 100,93	950 124,53	599 679,46	(206 056,01)
Total	70 953 319,66	67 010 179,39	43 610 801,62	14 258 830,06	(8 348 271,85)
Resseguro Aceite					
Total Geral	70 953 319,66	67 010 179,39	43 610 801,62	14 258 830,06	(8 348 271,85)

*Sem dedução da parte dos resseguradores

** Saldo favorável aos Resseguradores

NOTA 6 - Discriminação dos custos com sinistros

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

Rubricas	2008	2007
Seguro Directo		
Montantes pagos	35 892 801,46	31 764 474,32
Custos imputados à função sinistros	5 031 539,78	4 299 449,46
Variação da provisão para sinistros	2 686 460,38	6 237 314,47
Sub-total	43 610 801,62	42 301 238,25
Resseguro cedido		
Montantes pagos	(571 432,21)	(870 129,67)
Variação da provisão para sinistros	(923 709,40)	(414 660,92)
Sub-total	(1 495 141,61)	(1 284 790,59)
Total	42 115 660,01	41 016 447,66

Anexo 3*

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Acidentes e Doença	18 729 723,07	3 551 535,71	698 613,66	22 979 872,44
Incêndio e outros danos	8 114 933,51	748 656,80	(160 119,70)	8 703 470,61
Automóvel				
- Responsabilidade Civil	8 448 979,14	567 952,18	1 960 402,72	10 977 334,04
- Outras Coberturas	599 165,74	163 395,09	187 563,70	950 124,53
Total	35 892 801,46	5 031 539,78	2 686 460,38	43 610 801,62
Resseguro Aceite				
Total Geral	35 892 801,46	5 031 539,78	2 686 460,38	43 610 801,62

* Sem dedução da parte dos resseguradores

O valor da variação da Provisão para Sinistros, apresentado acima, é líquido de reembolsos a receber no montante de 118 368,92€.

NOTA 7 - Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

Rubricas	2008	2007
Provisão para desvios de sinistralidade	136 433,39	123 037,88
Provisão para riscos em curso	824 960,79	(438 952,00)
Provisão para envelhecimento		1 541 501,28
Total	961 394,18	1 225 587,16

NOTA 8 - Gastos diversos por função e natureza

Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função

Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

Rubricas	2008	2007
Custos de Aquisição		
Comissões por intermediação de produtos de seguro directo	8 342 991,96	7 566 594,30
Custos imputados à função aquisição	3 459 028,99	3 393 886,09
Outros	886 632,55	701 656,96
Sub-total	12 688 653,50	11 662 137,35
Custos de aquisição diferidos	(881 556,09)	(1 287 628,64)
Gastos Administrativos	2 451 732,65	2 631 429,69
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(1 521 723,27)	(530 141,58)
Participação nos resultados de resseguro	(495 863,83)	
Sub-total	(2 017 587,10)	(530 141,58)
Total	12 241 242,96	12 475 796,82

NOTA 9 - Rendimentos / réditos de investimentos

Rendimentos por categoria de investimento

Os rendimentos por categoria dos activos financeiros são analisados como segue:

Rubricas	2008	2007
Rendimentos de Juros de activos financeiros não valorizados		
ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de activos disponíveis para venda	2 518 353,01	1 705 952,80
de activos detidos até à maturidade	723 154,23	843 545,17
de terrenos e edifícios		
de empréstimos concedidos e contas a receber		58 675,83
de depósitos em instituições de crédito	1 292 244,32	1 011 120,71
Total	4 592 427,39	3 560 618,68

NOTA 10 - Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros diz respeito aos custos imputados à função investimentos.

NOTA 11 - Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

Rubricas	2008	2007
Custos de Gestão de Sinistros	(5 031 539,78)	(4 299 449,46)
Custos de Aquisição	(3 459 028,99)	(3 393 886,09)
Gastos Administrativos	(2 451 732,65)	(2 631 429,69)
Gastos de Investimentos	(307 175,72)	(310 214,75)
Total	(11 249 477,14)	(10 634 979,99)

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

Rubricas	2008	2007
Gastos com o pessoal	2 694 555,24	2 646 457,46
Fornecimentos e serviços externos	8 036 688,39	6 780 323,13
Impostos e taxas	269 254,28	604 314,56
Depreciações e amortizações do exercício	223 220,00	229 441,78
Outras provisões	(139 871,47)	291 134,62
Juros suportados	12,18	
Comissões	75 618,52	83 308,44
Outros	90 000,00	
Total	11 249 477,14	10 634 979,9

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

Contas	2008	2007
Electricidade	17 895,24	19 328,09
Combustíveis	8 997,56	3 441,36
Água	1 000,00	2 400,00
Impressos	165 341,93	149 525,55
Material Escritório	16 426,25	12 643,12
Livros e Documentação Técnica	642,60	2 000,42
Artigos para Oferta	11 441,64	1 257,60
Conservação e Reparação	212 161,93	230 923,09
Rendas e Alugueres	622 153,59	519 152,72
Despesas Representação	3 472,64	8 311,11
Comunicação	421 137,06	393 180,36
Deslocações e Estadas	44 923,82	62 962,46
Seguros	3 434,78	18 455,80
Gastos c/Trabalho Independente	14 933,52	24 649,20
Publicidade e Propaganda	280 593,00	83 565,38
Limpeza, Higiene e Conforto	31 770,16	30 977,55
Contencioso e Notariado	895,71	2 650,67
Vigilância e Segurança	7 125,41	57 040,24
Trabalhos Especializados	6 031 563,28	5 002 345,93
Quotizações(Actividade)	51 467,73	54 357,26
Despesas de Condomínio	46 763,12	63 000,00
D.Banc-Comissões TRF	30 807,03	24 845,06
Outr.Fornec. e Serviços	11 740,39	13 310,16
Total	8 036 688,39	6 780 323,13

Gastos com pessoal

Número médio de trabalhadores

Durante o exercício de 2008 o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efectivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

Categoria Profissional	Nº médio de colaboradores	
	2008	2007
Direcção	3	4
Quadro Técnico	19	19
Chefe de Secção / Serviços	5	3
Sub-chefe de Secção	1	2
Regularizador Sinistros	12	12
Secretária	1	1
Escriturário	6	6
Total	47	47

Despesas com o pessoal

O montante das despesas com o pessoal no exercício foi o seguinte:

Rubricas	2008	2007
Remunerações		
- dos órgãos sociais	246 992,38	285 414,35
- do pessoal	1 751 536,04	1 653 936,27
Encargos sobre remunerações	365 502,39	337 851,89
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida		
- Planos de benefícios definidos	138 000,00	171 112,66
Outros benefícios a longo prazo dos empregados		
Benefícios de cessação de emprego	7 698,93	4 271,26
Seguros obrigatórios	31 505,18	29 805,68
Gastos de acção social	111 878,64	137 861,41
Outros gastos com pessoal	41 441,68	26 203,94
Total	2 694 555,24	2 646 457,46

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

Rubricas	2008	2007
Remunerações		
- remuneração mensal	156 432,94	175 136,89
- subsídio de férias	11 287,34	18 492,51
- subsídio de natal	12 172,10	15 914,95
- gratificações a título de participação nos resultados	67 100,00	73 870,00
- outras		2 000,00
Encargos sobre remunerações	9 231,44	12 272,21
Benefícios pós-emprego		
- Planos de benefícios definidos	90 781,75	160 954,84
Benefícios de cessação de emprego	7 698,93	4 271,26
Total	354 704,50	462 912,66

NOTA 12 - Obrigações com benefícios dos empregados

Pensões de reforma, plano de benefício definido

Conforme referido na Nota 2.11., a Companhia estabeleceu planos de benefícios definidos para os seus colaboradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma é efectuada anualmente, tendo a última sido elaborada com data de referência a 31 de Dezembro de 2008.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2008 e 2007, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

Rubricas	2008	2007
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,5% - 4% (*)	3,5% - 4% (*)
Taxa de crescimento das pensões	1,25% - 4% (*)	1,25% - 4% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,75% 6%	- 5,7% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,5% - 4% (*)	2,5% - n.a. (*)
Taxa de desconto	5,75%	5,25%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GFK 95	GFK 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	2008	2007
Activos	14	13
Reformados		
Total	14	13

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2008	2007
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(278)	(697)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	231	271
Activos/ (passivos) a receber/entregar ao fundo	(47)	(426)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	(250)	(30)
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço em 31 de Dezembro	(297)	(456)

As responsabilidades em balanço encontram-se reflectidas na rubrica de acréscimos e diferimentos, conforme Nota 31.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Responsabilidades em 1 de Janeiro	697	566
Custo do serviço corrente	84	101
Custo dos juros	16	27
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(261)	(17)
Benefícios pagos pela Companhia	(14)	0
Reformas antecipadas	0	71
Transferência de outros fundos	(244)	(51)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	278	697

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	271	139
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	16	4
Ganhos e perdas actuariais	(39)	7
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	227	172
Transferência de outros fundos	(244)	(51)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	231	271

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	(30)	(6)
(Ganhos) e perdas actuariais		
- nas responsabilidades	(261)	(17)
- nos activos do plano	39	(7)
Amortização do exercício	2	0
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	(250)	(30)
Dos quais:		
Dentro do corredor	(28)	(70)
Fora do corredor	(222)	40

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2008 e 2007, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	426	427
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(261)	(17)
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	39	(7)
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	84	101
- Custo dos juros	16	27
- Rendimento esperado do fundo	(16)	(4)
- Reformas antecipadas	0	71
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	(241)	(172)
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	47	426

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Custo do serviço corrente	84	101
Custo dos juros	16	27
Rendimento esperado do fundo	(16)	(4)
Amortização do exercício	(2)	0
Reformas antecipadas	0	71
Custos do exercício	82	195

A evolução dos activos/(responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Em 1 de Janeiro	(456)	(433)
Custo do exercício	(82)	(195)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	241	172
Em 31 de Dezembro	(297)	(456)

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Terrenos e edifícios	8 191	8 191
Acções e outros títulos de rendimento variável	9 565	23 493
Títulos de rendimento fixo	25 946	18 335
Depósitos em instituições de crédito	8 983	8 425
Devedores e credores do fundo	22	13
Juros a receber	758	277
Total	53 465	58 734

A Companhia não utiliza activos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos por entidades da Companhia.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 4 anos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)				
	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades	(278)	(697)	(566)	(213)
Saldo dos fundos	231	271	139	213
Responsabilidades (sub)/sobre financiadas	(47)	(426)	(427)	0
(Ganhos)/perdas actuariais decorrentes das responsabilidades	(261)	(17)	8	3
(Ganhos)/perdas actuariais decorrentes dos fundos	39	(7)	9	0

NOTA 13 - Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Ganhos e perdas realizados em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação:

Rubricas	2008			2007		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
De activos disponíveis para venda	89 597,69	634 308,68	(544 710,99)	376 673,30	291 782,26	84 891,04
De investimentos a deter até à maturidade						
Total	89 597,69	634 308,68	(544 710,99)	376 673,30	291 782,26	84 891,04

Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor:

Rubricas	2008			2007		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
De activos disponíveis para venda	52 224,16	28 410,42	23 813,74			
De investimentos a deter até à maturidade	78 656,45	9 169,93	69 486,52	70 712,49	6 599,76	64 112,73
Total	130 880,61	37 580,35	93 300,26	70 712,49	6 599,76	64 112,73

NOTA 14 - Perdas de Imparidade (Líquidas reversão)

As perdas de imparidade líquidas de reversão de activos disponíveis para venda, são analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	1 427 099,70	
Acções	1 408 715,09	224 043,50
Total	2 835 814,79	224 043,50

NOTA 15 - Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

Rubricas	2008		2007	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	33 416,32	2 840,70		73 524,76
Outros rendimentos/(gastos)	-4,77	-21 086,01		19 716,77
Total	33 411,55	-18 245,31	0,00	93 241,53

NOTA 16 - Outras provisões

As outras provisões, referentes a ajustamentos de contas do activo, são analisados como segue:

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490-Ajustamentos de Recibos por Cobrar				
4900-De Filiais				
4901-De Associadas				
4902-De Outras Empresas Participadas/Participantes				
4903-De Outros Tomadores de Seguro	90 750,63	5 197,39		95 948,02
Total	90 750,63	5 197,39		95 948,02

NOTA 17 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisado como segue:

	2008	2007
Numerário	1 000,00	1 000,00
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	3 126 561,01	26 293 095,81
Caixa e seus equivalentes	3 127 561,01	26 294 095,81

NOTA 18 - Inventário de participações e instrumentos financeiros

Anexo 1

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Nº médio de colaboradores	
						Unitário	Total
2 Outros							
2.1 Títulos Nacionais							
2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 Acções							
AdvanceCare, S.A.	1	5,00		5,00	5,00	0,005	0,005
ES Contact Center, S.A.	43 750	1,00		1,00	43 750,00	1,336	58 471,815
Sub-total	43 751				43 755,00		58 471,82
2.1.1.4 Outros							
Anadyr, Lda	200	2,00		1,00	200,00	1,00	200,00
Whyalla, Lda	200	2,00		1,00	200,00	1,00	200,00
Sub-total	400				400,00		400,00
Total	44 151				44 155,00		58 871,82
2.1.2 Títulos de dívida							
2.1.2.1 De dívida pública							
O.Tesouro - OT 3,95% Jul/2009	600 000 000	0,01	0,893	0,01	5 355 866,44	0,01	6 069 573,64
O.Tesouro - OT 5,15% Jun/2011	724 500 000	0,01	0,996	0,01	7 214 165,37	0,01	7 439 258,55
Sub-total	1 324 500 000				12 570 031,81		13 508 832,19
2.1.2.3 De outros emissores							
Obrigações - BESLEASING FACTORING 22/11/2010	26 000	50,00	1,000	50,00	1 300 000,00	50,26	1 306 783,94
Obrigações - OBRIGACOES HIPOTECARIAS 21/07/10	60	50 000,00	0,998	49 892,00	2 993 520,00	52 367,57	3 142 054,47
Obrigações - BANCO BPI 5.75 05/08/2010	40	50 000,00	1,009	50 425,00	2 017 000,00	53 098,25	2 123 930,14
Obrigações - BES VIDA SUBORDINADA PERPETUA	200	50 000,00	1,000	50 000,00	10 000 000,00	50 293,38	10 058 675,83
Sub-total	26 300				16 310 520,00		16 631 444,38
Total	1 324 526 300				28 880 551,81		30 140 276,57
2.2 Títulos Estrangeiros							
2.2.2 Títulos de dívida							
2.2.2.1 De dívida pública							
Obrigações - GREECE 3.8% 20/03/2011	3 000	1 000,00	0,970	970,12	2 910 349,08	1 031,03	3 093 098,83
Sub-total	3 000				2 910 349		3 093 098,83
2.2.2.3 De outros emissores							
Obrigações - ERICSSON L M TEL 27/06/2014	1 400	1 000,00	1,000	1 000,18	1 400 246,90	875,78	1 226 098,14
Obrigações - SVENSKA HANDELSBANKEN PERPETUAL	2 000	1 000,00	1,003	1 003,00	2 006 004,00	746,51	1 493 023,11
Obrigações - DEUTSCHE TELEKOM INT 28/03/2012	2 000	1 000,00	1,001	1 001,09	2 002 176,36	955,78	1 911 566,56
Obrigações - TELECOM ITALIA FINANCE 12/06/12	100	50 000,00	1,009	50 435,67	5 043 567,00	45 571,13	4 557 113,47
Obrigações - CAPITALIA SPA 23/06/2015	4 000	1 000,00	1,009	1 009,01	4 036 056,00	900,78	3 603 139,56
Obrigações - LANDSBANKI ISLANDS 19/10/2010	1 500	1 000,00	1,001	1 001,40	1 502 099,70	50,00	75 000,00
Obrigações - BBVA CAPITAL UNIPERS 23/05/2017	20	100 000,00	1,004	100 350,40	2 007 008,00	88 449,76	1 768 995,11
Obrigações - HSBC FINANCE CORP 05/04/2013	3 000	1 000,00	1,001	1 000,53	3 001 581,19	773,05	2 319 150,00
Obrigações - SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017	25	50 000,00	0,999	49 974,75	1 249 368,75	40 287,02	1 007 175,56
Obrigações - BANK OF CYPRUS 28/06/2010	1 000	1 000,00	1,002	1 001,60	1 001 599,20	983,38	983 378,83
Obrigações - FRANCE TELECOM 09/06/2010	60	50 000,00	0,994	49 724,25	2 983 455,00	49 316,51	2 958 990,50
Obrigações - NATL GRID PLC 25/09/2009	1 000	1 000,00	1,001	1 001,00	1 000 998,00	1 001,88	1 001 879,39
Obrigações - MORGAN STANLEY 08/06/2009	60	50 000,00	0,992	49 599,00	2 975 940,00	48 092,32	2 885 539,25
Obrigações - SANTANDER 06/05/2009	20	100 000,00	1,001	100 069,74	2 001 394,80	100 760,33	2 015 206,67
Obrigações - BELGELEC FINANCE SA 03/05/2011	60	50 000,00	0,994	49 724,25	2 983 455,00	48 400,25	2 904 015,17
Obrigações - CAGRICOLE FLOAT 28/10/2009	60	50 000,00	0,997	49 849,50	2 990 970,00	50 109,66	3 006 579,33
Obrigações - CAGRICOLE 6% 24/06/2013	50	50 000,00	1,003	50 135,07	2 506 753,50	54 654,14	2 732 707,19
Obrigações - ENDESA CAPITAL SA 22/11/2011	60	50 000,00	0,986	49 302,91	2 958 174,54	48 501,21	2 910 072,67
Obrigações - EDP FINANCE 14/06/2010	3 000	1 000,00	0,996	996,29	2 988 865,80	976,26	2 928 768,67
Sub-total	19 415				46 639 714		42 288 399,18
Total	22 415				49 550 062,82		45 381 498,01
2.1 Derivados de negociação							
CALL BES (Deal EQO 2394)	10 500			2,95	30 930,04	0,16	1 704,76
Sub-total	10 500				30 930,04		1 704,76
3 - TOTAL GERAL	1 324 603 366				78 505 699,67		75 582 351,16

NOTA 19 - Activos financeiros detidos para negociação

Os instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro 2008 e 2007 são analisados como segue:

Rubricas	2008	
	Nocional	Justo Valor
Contratos sobre acções/índices		
Equity/Index Options	115 500,00	1 704,76
Total	115 500,00	1 704,76

NOTA 20 - Activos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisado como segue:

Rubricas	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos					
De outros emissores	38 267 510,62		(816 559,68)		37 450 950,94
Acções	5 046 202,66	25 633,75	(176 581,95)	(224 043,50)	4 671 210,96
Outros títulos	400,00				400,00
Saldo em 31 de dezembro de 2007	43 314 113,28	25 633,75	(993 141,63)	(224 043,50)	42 122 561,90

Rubricas	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos					
De outros emissores	56 373 006,12	334 731,61	(3 326 371,47)	(1 427 099,70)	51 954 266,56
Acções	48 161,61	10 310,21			58 471,82
Outros títulos	400,00				400,00
Saldo em 31 de dezembro de 2008	56 421 567,73	345 041,82	(3 326 371,47)	(1 427 099,70)	52 013 138,38

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

O escalonamento dos activos financeiros disponíveis para a venda por prazos de vencimento é como segue:

Rubricas	(milhares de euros)	
	2008	2007
Até 3 meses		
De 3 meses a um ano	8 909 204,64	11 560 567,13
De um a cinco anos	35 172 728,58	10 753 163,31
Mais de cinco anos	7 872 333,34	15 137 220,50
Duração indeterminada	58 871,82	4 671 610,96
Total	52 013 138,38	42 122 561,90

NOTA 21 - Empréstimos e contas a receber

A rubrica de empréstimos e contas a receber é analisada como segue:

(milhares de euros)		
Rubricas	2008	2007
Outros depósitos - Capital	19 093 585,79	8 275 000,00
Outros depósitos - Juro decorrido	141 616,30	104 790,28
Sub-Total	19 235 202,09	8 379 790,28
Empréstimos Concedidos - Capital	10 000 000,00	
Empréstimos Concedidos - Juro decorrido	58 675,83	
Sub-Total	10 058 675,83	
Total	29 293 877,92	8 379 790,28

NOTA 22 - Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
Rubricas	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	13 508 832,19	17 925 927,69
Valor de balanço	13 508 832,19	17 925 927,69
Justo valor	14 008 495,20	18 259 903,10

Em 31 de Dezembro de 2008, a maturidade dos activos da carteira a deter até à maturidade é de 6 meses a dois anos e meio.

NOTA 23 - Outros activos fixos tangíveis (excepto terrenos e edifícios)

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisado como segue:

Rubricas	Saldo inicial		Aumentos		Tranferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (Valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ACTIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	256 130,13	70 492,08	16 324,71				31 908,65		170 054,11
Máquinas e ferramentas	55 009,68	37 397,16	4 178,99				5 012,40		16 779,11
Equipamento informático-Hardware	933 764,11	873 943,67	30 982,22				45 412,48		45 390,18
Instalações interiores	263 564,00	150 308,30	6 789,84				24 512,81		95 532,73
Outras activos tangíveis	33 998,85	13 997,33					3 243,61		16 757,91
Total	1 542 466,77	1 146 138,54	58 275,76				110 089,95		344 514,04

O modelo de valorização aplicado aos activos tangíveis foi especificado no ponto 2.8.

Durante os exercícios de 2008 e 2007 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade nos activos tangíveis.

NOTA 24 - Activos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisado como segue:

Rubricas	Saldo inicial		Aumentos		Tranferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (Valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de investigação e desenvolvimento	20 215,66	4 436,98					6 738,57		9 040,11
Despesas em edifícios arrendados	650 596,01	97 470,45					65 059,60		488 065,96
Software	8 139 160,44	8 057 012,99	34 142,32				41 331,88		74 957,89
Total	8 809 972,11	8 158 920,42	34 142,32				113 130,05		572 063,96

O modelo de valorização aplicado aos activos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

NOTA 25 - Provisões técnicas e custos com sinistros

Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido são analisadas como segue:

Rubricas	Montante	Custos de aquisição diferidos	Valor de Balanço 2008	Valor de Balanço 2007
Provisão para prémios não adquiridos				
De seguro directo	34 283 144,65	(5 229 497,41)	29 053 647,24	25 992 063,06
De resseguro cedido	(15 370 847,75)	9 100 405,22	(6 270 442,53)	(4 259 989,80)
Provisão para sinistros				
De seguro directo	49 120 217,53		49 120 217,53	46 433 757,15
De resseguro cedido	(5 769 289,51)		(5 769 289,51)	(4 845 580,23)
Provisão para desvios de sinistralidade	735 649,30		735 649,30	599 215,91
Provisão para riscos em curso	1 292 996,39		1 292 996,39	468 035,60
Provisão para envelhecimento	1 541 501,28		1 541 501,28	1 541 501,28

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 16 306 465 euros (em 2007: 14 358 007 euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2008 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 1 322 366 euros (em 2007: 1 030 862 euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2008.

Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	Evolução das Provisões para Sinistros								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estimativa inicial dos custos com sinistros	3 430 842,68	5 996 108,80	11 347 898,08	15 766 439,20	24 181 356,16	33 194 609,00	40 196 442,68	46 433 757,15	49 120 217,53
Pagamentos acumulados									
Um ano depois	3 090 172,02	4 183 986,74	6 898 864,37	6 617 499,50	7 762 984,63	9 661 720,03	10 287 552,81	10 086 380,05	
Dois anos depois	3 351 944,75	5 653 232,38	7 888 304,70	7 721 879,34	10 226 436,77	12 747 913,61	13 694 423,26		
Três anos depois	4 284 395,49	6 022 901,07	8 472 969,89	9 284 472,03	12 582 409,96	15 207 136,15			
Quatro anos depois	4 313 521,55	6 453 208,49	9 122 963,91	10 711 490,90	14 340 560,68				
Cinco anos depois	4 643 423,49	6 596 726,25	10 294 419,27	12 042 765,53					
Seis anos depois	4 731 898,10	6 968 892,59	11 229 080,13						
Sete anos depois	4 821 022,42	7 205 652,70							
Oito anos depois	4 883 900,12								
Estimativa final dos custos com sinistros									
Um ano depois	4 200 578,76	6 902 816,57	11 976 212,56	17 068 200,72	25 570 425,81	32 818 585,87	40 356 540,37	45 126 157,26	
Dois anos depois	4 386 242,33	7 303 201,07	13 773 651,82	18 465 837,86	25 699 678,60	33 246 379,16	38 828 791,02		
Três anos depois	4 874 923,11	8 471 712,04	15 218 181,22	18 722 499,09	26 012 398,05	32 225 745,18			
Quatro anos depois	5 064 070,22	8 798 499,81	15 159 577,84	18 954 978,25	25 320 589,07				
Cinco anos depois	5 201 073,79	8 622 252,61	15 243 219,03	18 530 822,65					
Seis anos depois	5 191 771,10	8 566 477,63	14 903 392,27						
Sete anos depois	5 239 426,30	8 535 982,52							
Oito anos depois	5 150 033,16								
Excedente/(défice) acumulado	(1 719 190,48)	(2 539 873,72)	(3 555 494,19)	(2 764 383,45)	(1 139 232,91)	968 863,82	1 367 651,66	1 307 599,89	

Anexo 2

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2007 ⁽¹⁾	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício ⁽²⁾	Provisão para sinistros * em 31/12/2008 ⁽³⁾	Reajustamentos ⁽³⁾⁺⁽²⁾⁻⁽¹⁾
Não Vida				
Acidentes e Doença	4 269 886,35	3 140 742,79	1 491 019,26	361 875,70
Incêndio e outros danos	3 478 670,59	1 868 836,37	1 384 940,59	(224 893,63)
Automóvel				
- Responsabilidade Civil	38 028 594,60	4 849 349,85	31 808 517,36	(1 370 727,39)
- Outras Coberturas	656 605,61	227 451,04	355 300,00	(73 854,57)
Total Geral	46 433 757,15	10 086 380,05	35 039 777,21	(1 307 599,89)

(*) Sinistros ocorridos no ano 2007 e anteriores

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre principalmente de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

NOTA 26 - Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisado como segue:

Rubricas	2008	2007
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores	399 259,54	109 228,76
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	406 731,55	751 879,39
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	2 533 734,33	2 526 936,16
TOTAL	3 339 725,42	3 388 044,31

NOTA 27 - Imposto sobre o rendimento

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 26,5%, aplicável às actividades da Companhia. Esta é a taxa que se encontrava aprovada às datas dos balanços.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da BES Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

Os passivos por impostos correntes dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido dos respectivos pagamentos por conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a actividade de seguros não vida.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2008 e 2007 explica-se como segue:

Rubricas	2008	2007
Imposto corrente	2 089 231,83	1 837 093,91
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(383 867,68)	(115 186,30)
Sub-total	(383 867,68)	(115 186,30)
Total do imposto registado em resultados	1 705 364,15	1 721 907,61

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

Rubricas	2008	2007
Activos financeiros	1 173 755,40	321 773,11
Pensões	102 614,10	
Outras Provisões	13 321,72	150 387,67
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	1 389 691,22	472 160,78

O movimento do imposto diferido de balanço em 2008 e 2007 explica-se como segue:

Rubricas	2008		2007	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Activos financeiros	318 319,52	533 662,76	62 707,02	267 368,57
Pensões	102 614,10			
Outras Provisões	(37 065,94)		52 479,28	
Total	383 867,68	533 662,76	115 186,30	267 368,57

Imposto sobre o rendimento reportado em reservas

O imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2008 e 2007 explica-se como segue:

Rubricas	2008	2007
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	533 662,76	267 368,57
Total do imposto registado em reservas	533 662,76	267 368,57

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

Rubricas	2008	2007
Resultado líquido antes de impostos	5 613 140,22	6 354 078,22
Taxa de imposto estatutária	26,5%	26,5%
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária	1 487 482,16	1 683 830,73
Variações patrimoniais negativas (distribuição lucros)		(93 412,50)
Provisões não aceites	37 065,94	77 150,67
Contribuições para fundo de pensões e prémios de seguro não aceites	36 570,00	45 202,66
Menos-valias não realizadas de investimento		94 739,45
Menos-valias contabilísticas - acções	505 807,99	
Menos-valias fiscais - acções	(282 589,76)	
Imparidade em activos financeiros não aceite	378 181,42	
Benefícios fiscais	(14 668,93)	(20 179,92)
Outros	4 296,88	44 876,37
Tributação autónoma	11 218,00	4 886,45
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	2 089 231,83	1 837 093,91

NOTA 28 - Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Activo) em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisado como segue:

Rubricas	2008	2007
Acréscimos de rendimentos	1 733,65	
Gastos diferidos	76 913,01	85 031,38
Total	78 646,66	85 031,38

NOTA 29 - Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisado como segue:

Rubricas	2008	2007
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores	42 032,69	21 573,33
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	731 831,32	1 939 705,38
Contas a pagar por outras operações		
Outros devedores	4 106 740,87	1 692 505,51
TOTAL	4 880 604,88	3 653 784,22

NOTA 30 - Afecção dos investimentos e outros activos

Em 31 de Dezembro de 2008, a afecção dos investimentos e outros activos é analisada como segue:

Rubricas	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e equivalentes	3 126 561,01	1 000,00	3 127 561,01
Terrenos e edifícios			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
Activos financeiros detidos para negociação		1 704,76	1 704,76
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas			
Derivados de cobertura			
Activos financeiros disponíveis para venda	51 954 266,56	58 871,82	52 013 138,38
Empréstimos concedidos e contas a receber	29 293 877,92		29 293 877,92
Investimentos a deter até à maturidade	13 508 832,19		13 508 832,19
Outros activos tangíveis	344 514,04		344 514,04
Outros activos			
Total	98 228 051,72	61 576,58	98 289 628,30

NOTA 31 - Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisado como segue:

Rubricas	2008	2007
Rendimentos diferidos		
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	593 355,30	625 584,83
Outros acréscimos de gastos	4 130 530,37	3 173 924,38
Total	4 723 885,67	3 799 509,21

A rubrica remunerações e respectivos encargos a liquidar inclui o montante de 291 milhares de euros (2007: 273 milhares de euros) e 302 milhares de euros (2007: 353 milhares de euros) relativos a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte e à estimativa do bónus referente ao exercício de 2008 a atribuir aos colaboradores mas cujo pagamento só será efectuado em 2009.

A rubrica outros acréscimos de gastos inclui o montante de 297 milhares de euros relativos a responsabilidades com pensões de reforma.

NOTA 32 - Outras provisões

As outras provisões são analisadas como segue:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
492-Outras Provisões				
4920-Impostos				
4921-Outras Provisões	567 500,62		139 871,47	427 629,15
Total	567 500,62		139 871,47	427 629,15

Na rubrica de outras provisões, está contemplado o valor de 222 milhares de euros referente ao diferencial do “incentive bonus” da United Healthcare Corporation.

NOTA 33 - Capital

Estrutura accionista

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social autorizado da BES, Companhia de Seguros, S.A. encontrava- se representado por 3 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes accionistas.

Estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

Empresa	Sede Social	2008		2007	
		Quantidades Acções	Percentagem Participação	Quantidades Acções	Percentagem Participação
Crédit Agricole, S.A.	91-93, boulevard Pasteur, Paris - França			1 500 000	50,00%
Crédit Agricole Assurances, S.A.	50-56, rue de la Procession, 75015 Paris - França	1 500 000	50,00%		
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	Av. da Liberdade, 242 Lisboa	750 000	25,00%	750 000	25,00%
Banco Espírito Santo, S.A.	Av. da Liberdade, 195 Lisboa	749 800	24,99%	749 800	24,99%
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A. R.	Alexandre Herculano Ed Quartzo, 38 Lisboa	100	0,003%	100	0,003%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	Av. Álvares Cabral 41, r/c Lisboa	100	0,003%	100	0,003%
Total		3 000 000	100,00%	3 000 000	100,00%

Reservas

Natureza e finalidade de cada reserva

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Descrição dos movimentos de cada reserva

Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

Rubricas	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	41 430,07	(10 978,96)	1 331 527,59	7 423 118,19
Transferência para reservas			457 603,00	(457 603,00)
Aplicação Resultados-Distribuição Dividendos				(3 660 821,01)
Alterações de justo valor	(1 008 937,95)	267 368,57		
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	(967 507,88)	256 389,61	1 789 130,59	3 304 694,18
Transferência para reservas			468 906,00	4 163 264,61
Aplicação Resultados-Distribuição Dividendos				(3 999 900,00)
Alterações de justo valor	(2 013 821,77)	533 662,76		
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(2 981 329,65)	790 052,37	2 258 036,59	3 468 058,79

Dividendos

Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2008 e 2007, é analisada da seguinte forma:

	2008	2007
Crédit Agricole, S.A.	1 999 950,00	1 830 410,50
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	999 975,00	915 205,25
Banco Espírito Santo, S.A.	999 708,34	914 961,20
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	133,33	122,03
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	133,33	122,03
Total	3 999 900,00	3 660 821,01

NOTA 34 - Gestão dos riscos de actividade

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa da Companhia.

No ano de 2007, dando não só resposta à Norma do ISP (Norma 14/2005 R), mas também às exigências da Companhia em que se insere, foi constituído um departamento, a Direcção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo, cujas incumbências reportam às três seguintes áreas de actuação: Gestão de Risco, Compliance e Controlo Interno.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do sector financeiro em Portugal. Neste sentido, a gestão dos riscos é uma das funções cometidas ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na BES Seguros, constituindo como principais objectivos os que se seguem:

- identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as entidades da Companhia;
- contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de Seguro

No que respeita ao risco de seguro, a BES Seguros baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas actuarialmente, sujeitas a revisão periódica, sendo a subscrição dos riscos de aceitação condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida em sistema e aprovada formalmente.

São realizados estudos que permitem avaliar se níveis de provisionamento adoptados são os adequados (ex.: *Chain ladder*, *bootstrap*).

Pretende-se a criação de um comité de produtos que verifique que estes sejam analisados e discutidos antes do seu lançamento. Neste comité irão estar representados todas as direcções da empresa, as quais procederão a recomendações à Comissão Executiva.

Os níveis de tolerância ao risco, parte, encontram-se definidos na Política de Resseguro existente na Companhia. Estes limites estão traduzidos nos tratados de resseguro existentes.

O resseguro é uma operação importante de cobertura de riscos, sendo que a Companhia possui contratos com as principais resseguradoras a nível internacional.

Relativamente ao risco de catástrofe encontra-se definido um tratado de resseguro de cobertura de perdas acima de 1M€ até ao limite de 3M€ para cúmulos e 3M€ até 55M€ para Sismos.

Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado na BES Seguros assenta na política de investimentos aprovadas anualmente ao nível da Administração. A política de investimentos define um conjunto de limites e orientações para cada um dos sub-riscos associados ao risco de Mercado (Liquidez, acções, Taxas de Juros e concentração de activos).

Relativamente ao risco de liquidez a Companhia definiu que deverá ter um nível de liquidez que permita satisfazer os compromissos de curto prazo da Companhia. O tratado de resseguro existente permite a antecipação do montante do sinistro.

A Política de gestão de activos encontra-se alinhada com o nível das provisões técnicas (médio e longo prazo).

Relativamente ao risco específico de acções a Política de Investimentos estabelece um limite muito baixo para o montante investido neste tipo activos.

É também bastante restritiva a Política de Investimentos no que concerne ao risco de taxa de Juro.

A monitorização da evolução destes tipos de risco é efectuada mensalmente pela Direcção de Investimentos, nomeadamente no que se refere à evolução das taxas de juros, à avaliação da concentração dos activos e ao acompanhamento da carteira de investimentos.

Foi constituído o Comité Técnico Financeiro que reúne regularmente com o objectivo de efectuar recomendações para a Comissão Executiva sobre políticas financeiras, alocação de activos e outras matérias financeiras. A Monitorização do plano de tesouraria é efectuada semanalmente, bem como a previsão das necessidades de liquidez.

Risco de Crédito

A este nível, foram identificados como relevantes, os clientes, o resseguro e os investimentos.

Clientes: salienta-se que devido à configuração específica da actividade, banca-seguros, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de incumprimento. A acrescer a este facto, a publicação da Lei das Cobranças veio tornar este risco praticamente inexistente na actividade das seguradoras.

Resseguro: na selecção de Resseguradores são definidos níveis mínimos de *rating*, efectuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução. A Companhia tem operado com os principais resseguradores mundiais.

Investimentos: as regras definidas pela política de investimento da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação e o *rating* das entidades envolvidas.

A Companhia não se encontra exposta ao risco de derivados, dado que não utiliza instrumentos derivados.

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é analisado como segue:

Rubricas	2008					
	Aaa	Aa	A	Baa	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		3 126 461,49	1 099,52			3 127 561,01
Activos financeiros detidos para negociação					1 704,76	1 704,76
Activos disponíveis para venda	5 265 984,61	18 553 636,08	19 362 988,31	8 696 657,56	133 871,82	52 013 138,38
Empréstimos e contas a receber						
outros depósitos		13 842 545,46	5 392 656,63			19 235 202,09
Empréstimos concedidos					10 058 675,83	10 058 675,83
Investimentos a deter até à maturidade		13 508 832,19				13 508 832,19
Contas a receber por outras operações de resseguro	54 529,73	204 970,77	79 040,45		68 190,60	406 731,55
Total	5 320 514,34	49 236 445,99	24 835 784,91	8 696 657,56	10 262 443,01	98 351 845,81

Rubricas	2007					
	Aaa	Aa	A	Baa	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		26 290 104,85	3 990,96			26 294 095,81
Activos financeiros detidos para negociação						
Activos disponíveis para venda		25 676 661,07	5 446 592,25	6 327 697,62	4 671 610,96	42 122 561,90
Empréstimos e contas a receber						
outros depósitos		3 265 599,17	5 114 191,11			8 379 790,28
Empréstimos concedidos						
Investimentos a deter até à maturidade		17 925 927,69				17 925 927,69
Contas a receber por outras operações de resseguro	128 308,30	493 213,83	130 357,26			751 879,39
Total	128 308,30	73 651 506,61	10 695 131,58	6 327 697,62	4 671 610,96	95 474 255,07

Risco Operacional

A estrutura organizativa da Companhia contemplará um Comité de Gestão de Risco e Controlo e um Comité de Controlo Interno, que assume um papel formativo e facilitador na identificação, avaliação e quantificação de risco, assim como no seguimento de recomendações, bem como um Comité de Compliance com o objectivo de assegurar o cumprimento das obrigações legais, regulamentares e de contratos.

A tolerância ao risco, relativamente ao risco operacional, não se encontra ainda definida de forma tão clara na Companhia. Deve-se essencialmente ao facto de este tipo de risco ser considerado mais difícil de avaliar e quantificar, por via de inexistência de histórico e por ser de mais difícil tradução financeira.

Encontra-se em desenvolvimento a definição de limites/ intervalos de variação para os diversos indicadores, o que vai permitir conhecer as tendências do risco e implementar mecanismos auxiliares com o objectivo de antecipar os eventos de risco. Encontra-se também em elaboração a definição do modelo para a recolha de perdas.

No entanto é possível enumerar algumas acções mitigadoras da Companhia relativamente a este tipo de risco que permitem aferir a atitude da Companhia face ao mesmo.

Existem planos de formação sobre a temática da fraude interna e externa. Ainda no que diz respeito especificamente à fraude interna, encontram-se parametrizados em sistema limites para pagamentos de sinistros. Adicionalmente existem também seguros definidos para os activos de maior valor. Encontram-se formalizados poderes de autorização para contratar, alterar ou anular resseguro.

Ao nível do risco de recursos humanos, foi criado no decorrer de 2008, um departamento responsável pela gestão desta temática, com o objectivo de formalizar e fazer aprovar uma política de Recursos Humanos (avaliação de desempenho, planos de formação anuais, etc).

A BES Seguros possui um plano de disaster recovery para o sistema CORE, que irá ser substituído durante o ano de 2009, no âmbito da substituição do sistema CORE, em que será definido um plano de continuidade de negócio à semelhança da BES Vida. Este processo será promovido com a criação prevista do comité de segurança.

Relativamente à componente de risco de outsourcing, a Companhia vai promover a criação de um Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais, com o objectivo de assegurar a celebração de contratos com entidades essenciais ao seu negócio, níveis de serviço a cumprir, confidencialidade e respectivas cláusulas de salvaguarda.

Concentração de riscos

A repartição dos activos financeiros por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

Sectores de Actividade	2008					
	Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda		Activos financeiros detidos até à maturidade	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Electricidade, Gás e Água			9 744 735,90			
Transportes e Comunicação			10 653 768,67			
Actividades Financeiras	1 704,76		29 889 762,86	(1 427 099,70)		
Serviços Prestados às Empresas			58 871,82			
Administração e Serviços Públicos			3 093 098,83	13 508 832,19		
TOTAL	1 704,76		53 440 238,08	(1 427 099,70)	13 508 832,19	

Sectores de Actividade	2007					
	Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda		Activos financeiros detidos até à maturidade	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Refinação de Petróleo			1 028 728,35			
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos			921 850,00			
Fabricação de Material de Transporte			707 157,00			
Outras Indústrias Transformadoras			791 136,00			
Transportes e Comunicação			8 288 738,45			
Actividades Financeiras			30 560 433,99	(224 043,50)		
Serviços Prestados às Empresas			48 561,61			
Administração e Serviços Públicos				17 925 927,69		
TOTAL			42 346 605,40	(224 043,50)	17 925 927,69	

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para a Companhia, é analisado como segue:

Rubricas	2008		2007	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 127 561,01	3 127 561,01	26 294 095,81	26 294 095,81
Empréstimos e contas a receber	29 293 877,92	29 293 877,92	8 379 790,28	8 379 790,28
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 339 725,42	3 339 725,42	3 388 044,31	3 388 044,31
Investimentos a deter até à maturidade	13 508 832,19	14 008 495,20	17 925 927,69	18 259 903,10
Activos financeiros ao justo valor	49 269 996,54	49 769 659,55	55 987 858,09	56 321 833,50
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 880 604,88	4 880 604,88	3 653 784,22	3 653 784,22
Passivos financeiros ao justo valor	4 880 604,88	4 880 604,88	3 653 784,22	3 653 784,22

Caixa, Disponibilidades em instituições de crédito:

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Empréstimos e contas a receber, devedores e credores por operações seguro directo, de resseguro e outros:

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

NOTA 35 - Margem de solvência

A Companhia está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, as quais são preparadas de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal. Conforme referido na nota 2.1, em 1 de Janeiro de 2008 as políticas contabilísticas foram alteradas e dessa forma a margem de solvência relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foi preparada de acordo com o anterior Plano de Contas para Empresas de Seguros.

Os objectivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia.

A Companhia no exercício em análise apresentou uma margem de solvência em consonância com as regras estabelecidas, não tendo sido efectuada quaisquer alterações ao Capital Social, objectivos, políticas e procedimentos face ao ano anterior.

Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida:

Rubricas	2008 ^(*)	2007
Elementos constitutivos margem solvência		
Capital social realizado	(15 000 000,00)	15 000 000,00
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	(2 981 329,65)	
Reserva por impostos diferidos	790 052,37	
Reserva legal	2 258 036,59	1 789 130,59
Resultados transitados	3 468 058,79	3 250 839,27
Resultado líquido do exercício	3 907 776,07	4 689 058,51
Distribuição de dividendos	3 999 900,00	
Distribuição de lucros	300 000,00	
Responsabilidades c/ pensões de reforma	11 441,50	
Dif. critério alternativo títulos rendimento fixo	491 836,63	
Imobilizações incorpóreas líquidas	572 063,96	568 904,24
Sub-total (1)	21 870 530,21	19 356 946,00
Cálculo da margem:		
Pelo método dos prémios	11 962 212,82	12 263 680,50
Pelo método dos sinistros	10 637 339,62	10 612 626,93
Pelo resultado limite	12 263 680,50	10 507 578,87
Montante da margem de solvência a constituir (2)	12 263 680,50	12 263 680,50
Montante do fundo de garantia a constituir	4 087 893,50	4 087 893,50
Excesso / insuficiência margem solvência = (1) - (2)	9 606 849,71	7 093 265,49
Taxa cobertura margem solvência = (1) / (2)	178,3%	157,8%

(*) Estimativa

NOTA 36 - Transacções entre partes relacionadas

Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da actividade da Companhia.

Rubricas	Balanço		Ganhos		Perdas	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Banco Espírito Santo S.A.	16 232 716,67	27 648 522,34	940 065,55	523 146,78	8 738 632,60	7 974 526,91
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	(192 325,99)	(79 383,00)			528 724,78	320 641,00
Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.	4 754 858,66	3 592 675,01	183 524,73	193 657,76		9,70
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	62 870,43	34 117,66			87,72	
Besleasing & Factoring, S.A.	1 306 783,94	7 341 847,13	71 435,94	323 703,32		
ESAF-E.S. Fundos de Pensões, SA					138 000,00	171 112,66
ESEGUR-Empresa de Segurança,SA.	(4 750,30)				13 016,67	66 550,84
E.S.Contact Center, S.A.	(177,78)				177,78	
BES-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.	9 892 911,10		58 675,83		352 650,47	337 913,67
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.						5 907,36
Esumédica-Prestação Cuid.Médicos,SA	(606,64)	(300,00)			20 971,96	17 504,00
Crédit Agricole, S.A.	(5 544,009				6 652,80	
Europ Assistance	(201 770,12)		(2 368 357,65)	(2 410 584,04)	19 156,20	17 424,00
AdvanceCare, S.A.	(983 427,16)	(595 442,16)	3 211 764,76			2 880 153,26

NOTA 37 - Ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico e respectivos impactos

Conforme referido na Nota 2.1., estas são as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela Companhia de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”).

As políticas contabilísticas descritas na Nota 2., foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, assim como na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Na preparação do balanço de abertura, da informação comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a Companhia ajustou os montantes anteriormente reportados os quais haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 94”) e outras disposições emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais impactos no balanço, da transição em 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

Rubricas	31 de Dezembro de 2007		
	Activos determinados de acordo com PCES 94	Ajustamentos	Activos determinados de acordo com PCES 07
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	26 294 095,81		26 294 095,81
Activos disponíveis para venda	42 939 121,58	(816 559,68)	42 122 561,90
Empréstimos e contas a receber	8 379 790,28		8 379 790,28
Investimentos a deter até à maturidade	17 935 180,05	(9 252,36)	17 925 927,69
Outros activos tangíveis	478 475,68	(82 147,45)	396 328,23
Outros activos intangíveis	568 904,24	82 147,45	651 051,69
Provisões técnicas de resseguro cedido	9 105 570,03		9 105 570,03
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 388 044,31		3 388 044,31
Activos por impostos		472 160,78	472 160,78
Acréscimos e diferimentos	85 031,38		85 031,38
Total	109 174 213,36	(353 651,26)	108 820 562,10

Rubricas	31 de Dezembro de 2007		
	Activos determinados de acordo com PCES 94	Ajustamentos	Activos determinados de acordo com PCES 07
Provisões técnicas	75 034 573,00		75 034 573,00
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 653 784,22		3 653 784,22
Passivos por impostos	1 750 317,94		1 750 317,94
Acréscimos e diferimentos	3 439 009,21	360 500,00	3 799 509,21
Outras Provisões	567 500,62		567 500,62
Total	84 445 184,99	360 500,00	84 805 684,99

Rubricas	31 de Dezembro de 2007		
	Capitais próprios determinados de acordo com PCES 94	Ajustamentos	Capitais próprios determinados de acordo com PCES 07
Capital	15 000 000,00		15 000 000,00
Reservas de reavaliação		(967 507,88)	(967 507,88)
Reservas por impostos diferidos		256 389,61	256 389,61
Outras reservas	1 789 130,59		1 789 130,59
Resultados transitados	3 250 839,27	53 854,91	3 304 694,18
Resultados do exercício	4 689 058,51	(56 887,90)	4 632 170,61
Total	24 729 028,37	(714 151,26)	24 014 877,11

Uma análise detalhada dos ajustamentos decorrentes da adopção do Novo Plano de Contas em 1 de Janeiro de 2007, em 31 de Dezembro de 2007 é apresentada como segue:

Rubricas	01-Jan-07	31-Dez-07
Capitais próprios determinados de acordo com PCES 94	23 928 187,54	24 729 028,37
Activos disponíveis para venda	21 188,40	(816 559,68)
Investimentos a deter até à maturidade	(10 099,96)	(9 252,36)
Outros activos tangíveis	(58 217,82)	(82 147,45)
Outros activos intangíveis	58 217,82	82 147,45
Activos por impostos	89 605,89	472 160,78
Acréscimos e diferimentos (Bónus a empregados)	(235 785,00)	(352 500,00)
Acréscimos e diferimentos (Pensões de reforma)	(8 000,00)	(8 000,00)
Capitais próprios determinados de acordo com PCES 97	23 785 096,87	24 014 877,11

Activos financeiros:

De acordo com o IAS 39, os activos financeiros foram classificados nas categorias de activos financeiros disponíveis para venda e na categoria de investimentos a deter até à maturidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao valor de mercado sendo as mais e menos valias potenciais existentes registadas em reservas, excepto quando se verifique existir uma perda de imparidade, a qual é registada por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em acções não podem ser revertidas por resultados, contrariamente ao procedimento a seguir para os restantes títulos.

Os activos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. O prémio ou desconto é periodificado por contrapartida de resultados, ao longo dos diversos períodos até ao seu vencimento.

De acordo com o “PCES 94”, os títulos de rendimento fixo eram registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros era feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. O prémio ou desconto era periodificado por contrapartida de resultados ao longo do período até ao seu vencimento.

Os títulos de rendimento variável eram valorizados ao seu justo valor à data do balanço. As mais e menos valias potenciais determinadas à data do balanço, eram registadas no capital próprio, na reserva de reavaliação regulamentar. As menos valias potenciais não cobertas pela reserva de reavaliação eram registadas nos resultados.

Outros activos tangíveis e intangíveis:

De acordo com o “PCES 94” o Software era classificado como imobilizado corpóreo, ao abrigo do “PCES 07” este deve ser considerado como activo intangível.

Impostos diferidos:

Na data de transição foram reconhecidos os impostos diferidos, determinados sobre os ajustamentos IFRS relevantes, calculados a essa data.

Bónus aos empregados:

De acordo com as anteriores políticas contabilísticas da Companhia, os bónus atribuídos aos empregados eram registados como uma dedução ao capital próprio no ano em que eram pagos, uma vez que eram considerados como uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os empregados. De acordo com os IFRS, os bónus atribuídos aos empregados são registados directamente em resultados, como um custo do exercício a que respeitam.

Pensões de reforma e outros benefícios aos empregados:

Conforme política contabilística descrita na nota 2.11., a Companhia optou à luz do IFRS 1 por aplicar retrospectivamente, na data da transição, o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As anteriores políticas contabilísticas requeriam que fosse reconhecida em resultados, em cada exercício, a totalidade do incremento das responsabilidades, líquida do rendimento obtido pelos fundos existentes.

O Técnico Oficial de Contas

O Director de Contabilidade

O Conselho de Administração



ISAAC JULIEN
Western Union Series No.2
(Flight Towards Other Destinies 1), 2007
Transparência (Duratrans) por
revelação cromogênea, montada
em caixa de luz • 120 x 244 x 7 cm
Edição 5/6

Courtesy Issac Julien and
Galeria Helga de Alvear, Madrid; Copyright the Artist

03 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

BES SEGUROS



Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da BES, Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 115.709.487,60 euros e um total de capital próprio de 22.442.594,17 euros, incluindo um resultado líquido de 3.907.776,07 euros), a Conta de Ganhos e Perdas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

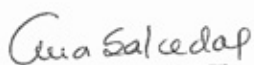
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de BES, Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2008 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 de 31 de Dezembro.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as divulgações nas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas nºs 2.2 e 37, relativas à aplicação pela primeira vez, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, do novo regime contabilístico aplicável às empresas de seguros (Normas Regulamentares nº 4/2007 e 20/2007 do Instituto de Seguros de Portugal), o qual acolheu as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções indicadas na Nota 2.1.

Lisboa, 11 de Março de 2009

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Exmos. Senhores Accionistas da
BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.,

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, e também a nossa apreciação sobre a respectiva certificação legal de contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas da Companhia.

No âmbito das nossas atribuições acompanhamos com regularidade ao longo do exercício de 2008 a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda das acções de verificação e comprovação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.

A nossa actuação durante o exercício de 2008 acompanhou com particular interesse e detalhe os desenvolvimentos em curso na Companhia, nomeadamente, nas áreas da gestão do risco e do sistema de controlo interno, da infra-estrutura informática e do aproveitamento de sinergias com outras empresas do Grupo, tendo ainda sido motivo da nossa particular atenção os potenciais efeitos nas contas da Companhia da grave crise económica e financeira internacional que nos últimos meses tem marcado negativamente e de forma significativa todos os sectores de actividade e, em particular, o sector segurador, tanto em Portugal como em praticamente todo o mundo.



Pudemos, assim, constatar com satisfação que a Companhia não só continua a sua política de utilização racional dos recursos e de controlo dos custos, tendo mantido na sua actividade operacional e financeira uma política de minimização dos riscos inerentes à sua actividade, como também tem prosseguido uma política de actualização dos seus sistemas e infra-estruturas tendo em vista habilitar a Companhia a responder satisfatoriamente aos actuais desafios específicos do sector, em consonância com as melhores práticas internacionais e dando cumprimento aos requisitos regulamentares locais aplicáveis.

Após o final do exercício de 2008 procedemos à apreciação do Relatório de Gestão e das Contas do exercício que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o Relatório de Gestão obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o exercício.

Conforme nos compete, acompanhámos também, (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas a cargo da Ernst & Young Audit e Associados-SROC, S.A. sociedade de revisores oficiais de contas que foi designada pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia no exercício de 2008. Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a certificação legal de contas emitida sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2008 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas acima referida, com data de 11 de Março de 2009, sem reservas, e com a qual concordamos.

Pela sua relevância para a apreciação das demonstrações financeiras anexas, cumpre-nos ainda salientar que, como se encontra referido no ponto 8 da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no exercício de 2008 a Companhia adoptou pela primeira vez o novo regime contabilístico aplicável às empresas seguradoras em Portugal, o qual transpõe para o respectivo normativo contabilístico português, com algumas excepções, os princípios constantes das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia. Nas Notas 2.2 e 37 do Anexo às Demonstrações Financeiras é feito o relato detalhado desta transição contabilística e dos seus principais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, nomeadamente, a redução em cerca de 714 mil euros dos capitais próprios da Companhia em 1 de Janeiro de 2008.



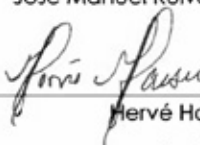
Como resultado das acções de fiscalização exercidas, acima resumidas, e das respectivas conclusões obtidas, somos de Parecer que a Assembleia Geral da BES, Companhia de Seguros, S.A. aprove:

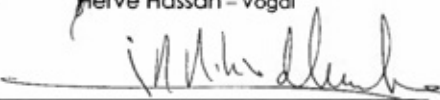
- a) O Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Os termos da proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício e transitados de anos anteriores, no total de 7.375.834,86 euros, dos quais 3.907.776,07 euros dizem respeito ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Lisboa, 12 de Março de 2009

O Conselho Fiscal,


José Manuel Ruivo da Pena – Presidente


Hervé Hassan – Vogal


José Maria Ribeiro da Cunha – Vogal

BES SEGUROS 08

Relatório e Contas



BES SEGUROS